

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Passo apertado para LOA e LDO	4
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS "Alta renda não tem aversão a pagar imposto"	6
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA ANFIP Prejuízo - APOSENTADOS	8
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Votações em plenário só na próxima semana	9
O GLOBO - RJ - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Lava-Jato: R\$ 95 milhões aguardam destinação	10
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Projeto acaba com a isenção em compras internacionais de até US\$ 50	12
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL RECEITA FEDERAL DO BRASIL Consumo adia retração da economia na Argentina	14
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Receita cobra de herdeiros IR sobre cotas de fundos fechados	16
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES REFORMA TRIBUTÁRIA Uma oposição irracional (Editorial)	18
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA Regulamentação da reforma promete nova pressão de setores por vantagens	19
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA "Acredito que a gente pode se surpreender positivamente"	20
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Em 54% dos países, iva tem exceção	22
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA Afinal, Imposto de Importação para carro elétrico promove ou não a produção local?	24
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Leis complementares serão discutidas por grupo de trabalho	26
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	

A neo e velha industrialização na reforma tributária - BRUNO CARAZZA	28
FOLHA ONLINE - SP - BANCO CENTRAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Mercado diminui previsão da inflação deste ano após IPCA abaixo do esperado	30
O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS REFORMA TRIBUTÁRIA	
O que vem depois da Reforma Tributária?	31
O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Em mais um aceno para o Centrão, Lula escolhe ex-deputado do Republicanos como novo diretor da Codevasf	32
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tributária: Comparação internacional aponta maior benefício econômico quando há menos descontos e isenções	33
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Geração de empregos pós-pandemia pode voltar à estaca zero se desoneração não for prorrogada	36
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Setor de proteína animal prevê alimentos mais caros se prorrogação da desoneração não for sancionada	38
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária brasileira poderá deixar setor de serviços mais caro	40
PORTAL UOL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária é tiro no escuro	41
PORTAL UOL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Senado adota 'modelo centrão' da Câmara para pressionar governo Lula	43
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
O Brasil perdeu a chance de criar o melhor IVA do mundo (Artigo)	44
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Desinflação tem mais consistência do que aparenta, dizem analistas	45
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Com mudança de regra, Orçamento pode ter folga de até R\$ 56 bi em 2026	47
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Persistir na meta de déficit zero - HENRIQUE MEIRELLES	50

Segunda-Feira, 13 de Novembro de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

As emendas parlamentares e a captura do Orçamento - SERGIO LAMUCCI..... 51

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Indexação do gasto à receita traz desafios para 2024 53

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Cenário externo aumenta incerteza para o Copom..... 54

Passo apertado para LOA e LDO

Edla Lula

Em semana apertada, por causa do feriado da Proclamação da República, os parlamentares se apressam para encaminhar emendas aos projetos de lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamentária Anual (LOA) de 2024.

O prazo para o envio termina no dia 16, no caso da LDO, e no dia 23, para a LOA.

Além das emendas individuais, as comissões permanentes da Câmara e do Senado podem encaminhar até três emendas temáticas.

No Senado, entre hoje e amanhã, estão agendadas reuniões em 17 comissões para tratar da LDO.

Os deputados foram mais precavidos e debateram as emendas, na maior parte das comissões permanentes, na semana passada. Comissões que tratam de grandes orçamentos, no entanto - como a de Saúde e a de Educação - estão com reuniões marcadas para hoje, em ritmo semipresencial.

As emendas apresentadas à LDO não dispõem sobre volume de recursos, mas das metas e prioridades que o orçamento do próximo ano terá em cada área. Porque é disso que trata a LDO. Ela traz as regras e o direcionamento para a elaboração do orçamento, que é detalhado na LOA. A rigor, a Constituição Federal determina que a lei de Diretrizes Orçamentárias seja aprovada antes do recesso parlamentar de julho, sob pena de não haver o recesso de meio de ano. Dessa forma, com as metas e prioridades estabelecidas, a LOA poderá direcionar recursos para projetos incluídos nas prioridades da LDO.

Este ano, a discussão da LDO invadiu o segundo semestre - com recesso branco - e o projeto será votado praticamente junto com a LOA. Como houve mudança nas regras que colocam os limites para os gastos públicos, com a votação do chamado arcabouço fiscal, o relator da LDO, deputado Danilo Forte (União-CE), precisou aguardar os novos parâmetros definidos no arcabouço para elaborar o seu parecer.

Meta fiscal

Neste momento, Forte tenta desatar o nó colocado na meta de resultado fiscal primário, ou seja, o saldo nas contas públicas, sem considerar o pagamento dos

juros da dívida brasileira.

No PLDO de 2024, o governo criou uma meta ambiciosa, de zerar esse saldo, mas aumentou a previsão de gastos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, conta com a aprovação de projetos que tramitam no próprio Congresso para elevar a arrecadação de **impostos** e, assim, conseguir cumprir a meta.

Embora a LDO permita uma margem de tolerância, que pode ser de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**), o conjunto do que é produzido em bens e serviços no Brasil, para superavit ou para deficit, os especialistas acham improvável que o Brasil alcance a meta.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem declarado que não está disposto a cortar gastos no início do ano. Por isso, a saída em discussão entre o deputado Danilo Forte e o Planalto, é que uma das lideranças da base aliada apresente uma emenda alterando a meta para um deficit de 0,5%. Esse resultado seria menor do que está previsto para 2023, de 1% do **PIB**. O próprio Danilo, como relator, poderia alterar essa meta, mas ele não quer pagar o ônus político.

Em reunião com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, Danilo informou que até a data limite para apresentação das emendas, o governo definirá se haverá ou não essa alteração por meio de um líder da base. "Ele (Rui Costa) pediu um prazo para que, na próxima semana seja apresentado ou não a emenda que vai fazer a revisão da meta", comentou Forte, ao deixar o encontro com o chefe da Casa Civil.

Emendas Parlamentares

Uma novidade entre as emendas que estão sendo apresentadas à LDO é a que torna obrigatória a execução das emendas de comissão. "O objetivo da emenda que trata das despesas que a gente constrói as emendas e elas são as primeiras a serem contingenciadas no orçamento", disse o autor da proposta, deputado Sidnei Leite (PSD-AM), "não é justo nós termos emendas de ficção". O mesmo parlamentar apresentou uma proposta de criação de um cronograma de execução, para que "as emendas de comissão não sigam para as calendas de restos a pagar".

Além disso, a COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO estuda a possibilidade de criar as emendas

parlamentares por bancadas partidárias.

Segundo Forte, a rubrica "RP5", que vai substituir o chamado orçamento secreto, dará mais transparência à execução orçamentária.

O Planalto aceita a criação desse novo tipo de emenda, contanto que ela não se torne impositiva, como já ocorre com as emendas individuais.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/13/all.pdf>

"Alta renda não tem aversão a pagar imposto"

DANIEL ROCHA E-INVESTIDOR

ENTREVISTA: Carlos Kawall, Doutor em Economia pela Unicamp, foi secretário do Tesouro Nacional; é sócio-fundador da Oriz Partners

A taxação dos fundos exclusivos de investimentos e offshores no Congresso está cada vez mais perto de se tornar realidade no Brasil. Com a aprovação do projeto de lei na Câmara dos Deputados, no dia 25 de outubro, a atenção do mercado se volta para a tramitação da pauta no Senado.

Apesar do avanço da proposta, Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro Nacional e sócio-fundador da Oriz Partners, diz que as possíveis mudanças da carteira de investimentos só devem acontecer quando o projeto de lei for aprovado em todas as etapas em Brasília. A espera se deve ao período em que as novas regras devem entrar em vigor, apenas em 2024. "O investidor vai ter o resto do ano ou início de 2024 para analisar as alternativas interessantes." A medida faz parte de uma das alternativas do governo para elevar a arrecadação e conseguir alcançar a meta fiscal do próximo ano que, até o momento, segue em um déficit zero. A repercussão sobre o assunto acontece desde abril, quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou a pretensão do governo em apresentar um projeto para retirar o benefício tributário que os instrumentos financeiros possuem.

Na época, havia uma percepção que o Poder Executivo pudesse enfrentar resistência do Congresso por retirar privilégios de grupos específicos da sociedade.

No entanto, Kawall esclarece que não há um movimento específico dos investidores de alta renda em barrar a medida.

"Não existe nenhuma intenção dos nossos clientes ou dos investidores de alta renda em não pagar imposto. O que todos fazem é pagar conforme a legislação existente", ressalta Kawall.

Qual é a sua avaliação sobre a possível taxação dos fundos de investimentos exclusivos?

O governo tem um discurso de que há uma indisposição das pessoas de alta em pagar imposto.

No entanto, o que estamos vendo é que não há nenhuma oposição organizada para que esses projetos não avancem.

Não existe nenhuma intenção dos nossos clientes ou dos investidores de alta renda em não pagar imposto. O que todos fazem é pagar conforme a legislação existente e, hoje, os fundos exclusivos fechados têm um diferimento do imposto. Se o Congresso entende que esse tratamento deve ser alterado e deseja uniformizar a tributação com os fundos exclusivos abertos, tudo bem, os investidores vão se adaptar à nova realidade.

Qual será o movimento mais previsível com a possível taxação dos fundos exclusivos fechados?

O movimento deve ir para os fundos de previdência, Fiagros e outros investimentos isentos de IR. Isso vai depender do perfil e do horizonte de investimento. Os títulos de investimentos isentos de IR têm a vantagem tributária.

Já nos fundos de previdência, há uma redução da alíquota decrescente que, após 10 anos, o investidor paga apenas 10% do imposto.

Por outro lado, devemos esperar a aprovação do projeto de lei (até o momento, o PL já foi aprovado na Câmara dos Deputados e aguarda a aprovação do Senado) porque o efeito só acontece no ano que vem. O investidor tem até o fim do ano ou início de 2024 para analisar as alternativas interessantes.

Como está a alocação da Oriz com o atual ambiente econômico?

Estamos posicionados predominantemente em renda fixa. Tanto em renda fixa local quanto internacional porque, ao contrário do que prevalecia desde 2008 até hoje, as oportunidades dos investimentos de renda fixa internacional são muito atraentes.

E qual será a estratégia para o próximo ano com o atual cenário fiscal?

Tudo vai depender de como o cenário vai evoluir ao longo do tempo no campo fiscal.

Se o governo continuar buscando medidas adicionais de receitas e indicações de que, se não conseguir aumentar a arrecadação para 2024, vai continuar trabalhando para elevar em 2025, teremos um cenário favorável.

Isso deve acontecer porque, do lado da política monetária, temos uma **inflação** em uma trajetória muito benigna.

Com esse cenário, teremos a continuidade do ciclo de queda de juros e, em 2024, teremos um ambiente melhor para os investimentos de ativos de risco. Podemos ter um bom ano para a diversificação dos investimentos.

A situação fiscal vai ditar as regras do jogo em 2024?

Com certeza o campo fiscal será o grande divisor de águas. Se entrarmos em uma recessão global, os ativos de risco vão sofrer em 2024. Até o momento, esse não é o cenário base. A economia global continuaria crescendo e há um cenário positivo para o Brasil devido a expectativa de retomada do consumo e da construção civil. Do ponto de vista doméstico, a única incerteza permanece voltada para a meta fiscal.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Prejuízo - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

A desvinculação do reajuste dos proventos das aposentadorias e pensões do índice aplicado ao salário mínimo a partir de setembro de 1991 tem causado um grande e incalculável prejuízo aos Fundos de Pensão. É um prejuízo que já tem a duração de 32 anos, sem que se vislumbre uma ação governamental que possa corrigir o malfeito.

Situação que poderá ser solucionada com a aprovação do Projeto de Lei número 4434 de 2008, que dispõe sobre a atualização e regularização dos proventos de aposentadorias e pensões do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O PL, repetimos, mais uma vez, está na Câmara dos Deputados há 15 anos sem solução.

DEFESA A defesa para aprovação do PL-4434/2008 tem que acontecer com a participação de todas as entidades representativas dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Aposentados e pensionistas não concebem e não entendem o porquê da demora para apreciação, votação e aprovação dos nossos representantes na Câmara Federal, deputados federais, se no Senado e na Comissão de **Seguridade Social** e Família da própria Câmara já foi aprovado, e por unanimidade. Reivindica-se, portanto, aos deputados federais, a manifestação e aprovação do PL a fim de regularizar uma pendência, corrigindo uma injustiça praticada há mais de três décadas.

SEGURIDADE Recebemos da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)** a análise pertinente às receitas e despesas de **Seguridade Social**, exercício de 2022. No quadro demonstrativo das receitas dos exercícios de 2005 a 2022, observamos que até 2015 os saldos foram positivos. No entanto, a partir de 2016 os saldos aparecem como negativos, com valores que surpreendem até os mais céticos em acreditar. Vejamos em bilhões de reais: 2016 - R\$54.655; 2017 - R\$56.683; 2018 - R\$53.275; 2019 - R\$95.705; 2020 - R\$157.083; 2021 - R\$43.377; 2022 - R\$131.994. O total do déficit nestes últimos sete anos totaliza R\$592.772.

RETIRADAS As retiradas ou subtrações de valores do Orçamento da **Seguridade Social** são efetivadas através do mecanismo Desvinculação de Receitas da União, a famigerada DRU. É uma proposta do Poder Executivo aprovada, sempre pelo voto simbólico, no

Congresso Nacional.

Esta sangria de recursos, na visão dos aposentados e pensionistas, impede que as áreas de saúde, assistência social e **previdência social**; como destacamos em diversas ocasiões neste espaço; cumpram com a devida eficiência as suas atribuições. Por isso, aguardam que medidas urgentes sejam tomadas para evitar mais prejuízos à **Seguridade Social** e conseqüentemente aos seus beneficiários não atendidos corretamente.

AUDITORIA Aposentados e pensionistas sugerem uma auditoria na conta **Seguridade Social**. Essa auditoria seria efetuada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a fim de apurar o que de fato acontece com recursos financeiros arrecadados e disponibilizados no Orçamento da **Seguridade Social**, principalmente após a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), em 1994, posteriormente transformado no mecanismo Desvinculação de Receitas da União - DRU. Ao que sabemos, os valores retirados são astronômicos e precisam ser divulgados pelo poder público. Não deveríamos estar fazendo esta sugestão por entendermos que a transparência é obrigação governamental.

LIXO Aposentados, pensionistas e pessoas idosas lamentam e solicitam urgência na solução do problema. Entendem que a nossa bela capital não merece passar pelo vexame da sujeira e que o Gestor Municipal tem obrigação e dever de mantê-la limpa, sem esses atropelos do lixo acumulado por toda a cidade. Não é possível nem há justificativa plausível para que o belenense esteja suplicando ação administrativa para corrigir essa desagradável situação.

AMOR "A falta de amor é a maior de todas as pobreza" (Santa Tereza de Calcutá).

Site: <http://www.oliberaldigital.com.br/>

Votações em plenário só na próxima semana

VICTOR CORREIA

A semana promete ser parada no Congresso Nacional. Com o feriado da Proclamação da República na quarta-feira (15), as duas Casas Legislativas suspenderam as atividades até a semana que vem. Na Câmara dos Deputados, não haverá sessão deliberativa.

No Senado Federal, há sessão marcada apenas para amanhã, mas sem votações na pauta. As poucas comissões que têm atividade programada tratam, em sua maioria, das emendas a serem propostas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, que iniciou sua tramitação na última semana.

A pausa ocorre em meio à corrida do governo para aprovar pautas econômicas importantes até o final do ano. A **Reforma Tributária**, por exemplo, foi aprovada no Senado e deve voltar à Câmara.

A expectativa é que o texto seja sancionado ainda neste ano.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já sinalizou que deve pautar a matéria assim que os parlamentares retornarem do feriado.

Outro projeto prioritário dos governistas é o que trata da subvenção dos benefícios concedidos por estados sobre o ICMS, que pode trazer um aumento na arrecadação de R\$ 35 bilhões no ano que vem, caso aprovada. Parlamentares e a equipe técnica trabalham agora em ajustes para o texto, que deve começar a ser votado no final do mês. Como foi apresentado em caráter de urgência, passa a travar a pauta a partir de 9 de dezembro.

Enquanto na Câmara o movimento previsto é quase zero, a pauta do Senado para a semana traz projetos importantes. O destaque é para a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (Pnab). O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), declarou, na semana passada, que o projeto de lei seria votado nas vésperas do feriado. "Vou colocá-lo para ser votado na terça-feira da próxima semana, véspera do feriado de 15 de novembro. Realizaremos uma sessão em 14 de novembro", disse Pacheco na última quinta-feira. Até o momento, a sessão prevê discussão em turno único da proposta, que teve o requerimento de urgência aprovado na semana passada. A aposta do senador é que o projeto será aprovado sem dificuldades. O texto

trata da reparação a populações atingidas pela construção, funcionamento ou rompimento de barragens, além de estabelecer responsabilidades para as empresas com os trabalhadores e população no entorno.

Após o hiato, as atividades parlamentares devem voltar com força na semana que vem, retomando a articulação do governo pelas pautas econômicas.

Na quinta, já está marcada, após acordo com os líderes, uma sessão para votar 38 vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os destaques são para vetos ao voto de qualidade do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e ao arcabouço fiscal.

"Vou colocá-lo para ser votado na terça-feira da próxima semana, véspera do feriado de 15 de novembro.

Realizaremos uma sessão em 14 de novembro"
Rodrigo Pacheco, presidente do Senado

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/13/all.pdf>

Lava-Jato: R\$ 95 milhões aguardam destinação

IYNDARA FREITAS

Passados dois anos do fim da Lava-Jato no Paraná, a força-tarefa está no foco do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ainda com questões a dirimir. Até hoje não foi definido, por exemplo, o destino de todos os valores arrecadados com acordos de colaboração premiada firmados durante a operação - há, pelo menos, R\$ 95,3 milhões aguardando encaminhamento. Em outra frente, o CNJ investiga para onde foram os valores já distribuídos, apontando "gestão caótica" dos recursos e suspeitas de irregularidades.

O colunista do GLOBO Lauro Jardim mostrou ontem que o conselho descobriu que não há sequer um inventário de onde foram guardados itens apreendidos durante a Lava-Jato, como obras de arte. O GLOBO apurou que entre as peças havia quadros de Salvador Dali e de Cândido Portinari, mas parte delas está sumida. Outra foi doada ao Museu Niemeyer, em Curitiba, mas não há registro detalhado da transação.

A partilha dos valores recuperados em decorrência dos acordos de leniência e das delações é discutida em um processo que tramita na 13ª Vara Federal de Curitiba. A comarca já teve diversas trocas de juízes após a saída de Sérgio Moro, e o caso está parado desde abril.

A Lava-Jato estima ter arrecadado cerca de R\$ 12 bilhões de multas compensatórias. Entre 2015 e 2018, somente a Petrobras teria recebido cerca de R\$ 2,1 bilhões a título de reparação. Mas pairam dúvidas sobre os critérios utilizados pelos juízes federais para repassar o dinheiro.

PROCESSO PARADO

Em abril, o juiz Eduardo Appio, na época à frente da 13ª Vara Federal de Curitiba, pediu esclarecimentos sobre quanto ainda havia na conta judicial dos valores oriundos dos acordos de leniência e de colaborações premiadas. Disse que o processo deveria continuar para "manter escorreito controle e fiscalização dos valores arrecadados ao longo dos últimos nove anos pela operação" e destacou que não havia "qualquer margem de discricionariedade outorgada ao MPF na gestão destes valores". No mês seguinte, ele foi afastado do cargo.

O último balanço no histórico do processo é de junho do ano passado, quando o juiz Luiz Antônio Bonat, o titular anterior da 13ª Vara, determinou que R\$ 29 milhões destinados ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e R\$ 14 milhões que iriam para a União fossem mantidos na conta judicial temporariamente. Outros R\$ 4,3 milhões oriundos dos acordos de leniência das empresas Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez também aguardam destinação. Em fevereiro do ano passado, Bonat ainda mandou reservar R\$ 48 milhões "para vítimas ainda não identificadas" pelo MPF.

Não se sabe quanto resta na conta judicial. A 13ª Vara Federal deve ter novo juiz nas próximas semanas, e Danilo Pereira Júnior tem preferência, pelo critério de antiguidade.

Em maio, o corregedor-nacional de Justiça, o ministro Luís Felipe Salomão, determinou correição extraordinária na 13ª Vara Federal de Curitiba, motivada por mais de 30 reclamações ao CNJ. Em setembro, foi divulgado um relatório parcial da inspeção, na qual se aponta "gestão caótica" na comarca e indícios de irregularidades dos juízes na administração do dinheiro da operação.

O CNJ acionou agentes da Polícia Federal e da **Receita Federal** para rastrear o dinheiro. O relatório de setembro aponta que a Petrobras foi declarada "vítima para todos os fins" do esquema de corrupção e recebeu R\$ 2,1 bilhões entre 2015 e 2018. O conselho vê falta de transparência na divisão do dinheiro e pode abrir processos disciplinares contra os juízes envolvidos.

Histórico de imbrólios e questionamentos

O destino dado pela Lava-Jato ao dinheiro arrecadado é marcado por polêmicas. O caso mais emblemático foi a criação de uma fundação, que iria gerir parte de uma multa paga pela Petrobras a acionistas de empresas lesados com os desvios apurados na operação.

A estatal firmou acordo como MPF, homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba, que fixava a divisão de R\$ 2,5 bilhões entre um fundo gerido por uma fundação independente, que distribuiria os rendimentos para projetos de combate à corrupção, e

uma fundação a ser criada pelo MP Federal.

A iniciativa foi questionada no próprio MPF: a então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, barrou a fundação, em 2019. No mesmo ano, PGR, AGU e STF decidiram que o valor iria para o combate a queimadas e educação.

Em 2021, decisão do ministro do STF Alexandre de Moraes definiu que juízes e MP não podem determinar o destino de valores de condenações judiciais e que o dinheiro deve ir para a União se o Estado for a vítima, como na Lava-Jato.

Projeto acaba com a isenção em compras internacionais de até US\$ 50

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Em meio à indefinição da alíquota de taxaço de compras do exterior no âmbito do programa Remessa Conforme, varejistas brasileiras articulam e encabeçam a ofensiva para tentar garantir a aprovação na Câmara dos Deputados de um projeto de lei que acaba com a isenção de até US\$ 50 para importações.

O movimento é suprapartidário, com apoio de deputados do PT, PP, PSD e PL, mas pode enfrentar resistências na opinião pública, como já ocorreu quando o governo acenou para uma proposta dessa natureza no início do ano.

A repercussão negativa fez com que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ordenasse ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que desistisse da tributação. No lugar, a equipe econômica formulou o Remessa Conforme, que prevê benefícios em troca da regularização do e-commerce do exterior.

A medida não solucionou o impasse. Compras de até US\$ 50 feitas por empresas que aderiram ao Remessa Conforme ainda estão isentas. A **Receita Federal** planeja fixar uma alíquota, mas isso só deve ocorrer quando o programa atingir 100% das compras declaradas - patamar que deve ser alcançado no fim do ano.

Provocados por varejistas nacionais, parlamentares de diversas frentes passaram a se movimentar para acabar com a isenção, como cogitado no início do ano. A avaliação é que Lula teria preferência por uma iniciativa do Congresso para que um texto considerado impopular não tenha a digital dele e do Executivo.

Vice-presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (LPE), o deputado Zé Neto (PT-BA) afirma que o recuo momentâneo do governo fez com que os parlamentares buscassem alternativas mais céleres. "Estamos trabalhando esse tema de forma suprapartidária na Câmara porque as pessoas ainda não se atentaram no impacto que isso terá na economia. Não são só as grandes varejistas as prejudicadas. Os pequenos comércios nas cidades menores estão sendo destruídos e isso afeta toda a economia local".

Relator de uma proposta sobre esse tema, o deputado

Paulo Guedes (PT-MG) afirmou ao Valor que pretende ter novas conversas com integrantes da equipe econômica nesta semana, entre eles, o secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas.

Paralelamente, o parlamentar manterá conversas com colegas da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara, primeiro passo da tramitação do texto, para tentar construir um ambiente mais favorável para a votação.

Guedes deve apresentar seu relatório à CFT nos últimos dias de novembro. A expectativa é que os colegas do colegiado peçam mais tempo para analisar o projeto.

No cenário mais otimista, ele espera garantir a aprovação do parecer às vésperas da virada do mês. No pior dos cenários, o petista acredita no avanço na semana entre 4 e 8 de dezembro.

Com caráter conclusivo nas comissões, o texto não precisará ser analisado pelo plenário para seguir ao Senado. Após a CFT, o projeto ainda será apreciado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Os representantes do governo sugeriram à comissão esperar as conclusões do Remessa Conforme para decidir qual a alíquota ideal diante do volume de transações. Guedes se reuniu pessoalmente com Barreirinhas há duas semanas para discutir o projeto.

Nota técnica interna do Ministério da Fazenda sugeriu a taxaço em 28%, o que permitiria arrecadar cerca de R\$ 2,8 bilhões em 2024 com essas vendas. Mas esse número não está fechado.

Os empresários brasileiros reclamam que a concorrência é "desleal", provoca queda de arrecadação para o governo brasileiro e que mesmo a alíquota de 28% seria insuficiente para garantir uma "concorrência justa". "Não podemos submeter o País à entrada de tantos produtos sem pagar imposto. Não dá pra suportar", afirmou o presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), Jorge Gonçalves Filho, em audiência pública na comissão.

Ao colegiado, o diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), Henrique Lian, criticou o "protecionismo

local" e afirmou que quem pagará a conta do fim da isenção é o consumidor. "As indústrias nacional e estrangeira deveriam oferecer produtos de qualidade a preços que os brasileiros podem pagar. Se querem isonomia, que peçam a diminuição dos impostos, sem repassar custos para o consumidor pagar", disse.

Movimento suprapartidário pode enfrentar resistências na opinião pública

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187712?page=18§ion=1>

Consumo adia retração da economia na Argentina

Marina Guimarães

A antecipação de consumo, causada pelo temor de manter poupança em moeda nacional, associada a medidas-até mesmo policiais - para tentar controlar o comércio paralelo de dólares evitaram uma retração maior da economia da Argentina. Mas esse quadro não deve persistir para além do período de campanha para o segundo turno das eleições presidenciais do próximo domingo.

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do país tende a recuar de 1,6% a 3% em 2023, segundo economistas ouvidos pelo Valor. Entre os mais pessimistas, o diretor da Abeceb Dante Sica, ex-ministro de Produção e ex-secretário de Indústria do governo de Mauricio Macri, afirma que o ano vai fechar com indicadores muito ruins porque a economia está paralisada.

"Estamos sem nenhuma âncora em termos nominais, sem dólares, está tudo desordenado", diz. Sica projeta uma contração de 3% no ano. "Há restrições para insumos, que paralisaram muitas fábricas e há empresas que, diante das incertezas, preferem estocar-se e vender menos." A demanda atual, diz, é muito compulsiva, quase defensiva, já que "são gastos para não ficar com pesos no bolso porque a **inflação** te come".

A economia tem sido movimentada pelo consumo interno, já que "os pesos queimam no bolso", mas há sinais de maior cautela nos gastos às vésperas do segundo turno.

Os ligeiros sinais de melhora derivam também de medidas oficiais pré-eleitorais como bônus para pensionistas e aposentados, aumentos nos planos sociais e perdões fiscais. Cabe ressaltar que o desempenho da economia no primeiro semestre foi fortemente afetado pela seca, uma das piores em várias décadas, que tem causado sucessivas quebras de safras no campo.

Desde as vésperas do primeiro turno das eleições, no dia 22, a Afip - a **Receita Federal** argentina - realiza operações de busca e apreensões em casas clandestinas de câmbio com o objetivo de conter operações especulativas com divisas estrangeiras. Do começo de agosto até agora, o dólar paralelo (ou "blue") passou de menos de 600 para cerca de mil

pesos.

A Justiça Federal processou com prisão preventiva o cambista Ivo Rojnica, conhecido como "El Croata", que abastecia as "cuevas" (casas de câmbio ilegais da city portenha). Segundo a Justiça, foram realizadas 4,7 mil transferências de dinheiro, num total de US\$ 348 milhões, por meio de diferentes sociedades, ocultando a origem ilícita dos fundos em circulação.

Também com projeção de queda de 3% do **PIB**, o economista-chefe de Estratégias da Cohen Aliados Financeiros, Martin Polo Cohen, diz que o **PIB** está pressionado pelo menor volume de exportações e o consumo mais moderado. "Vamos ver como fecha o quarto trimestre, mas o que vai explicar a queda são esses dois fatores principalmente".

O executivo da Quantum Finanzas, Daniel Marx, ex-diretor do Banco Central e ex-secretário de Finanças do Ministério de Economia, projeta uma queda menor, de 2% a 2,5%. Assim como Ricardo Delgado, diretor da consultoria Analytica, que sinaliza uma contração ainda menor, de 1,6%. "Os dados do terceiro trimestre foram melhores do que o esperado, caiu 0,6%, mas vemos que no último trimestre haverá queda um pouco maior, em torno de 2%, contra o mesmo período de 2022 - mas é a metade da registrada no segundo trimestre desse ano, que superou o 4%, por conta da estiagem", diz.

"Os resultados do terceiro trimestre foram melhores do que o esperado" Ricardo Delgado

O economista-chefe de investigação da consultoria Ecolatina, Santiago Manoukian, prevê queda de 1,5%. Apesar do impacto da desvalorização de 22% da cotação de câmbio oficial depois das eleições primárias - que levou à duplicação da taxa de **inflação** mensal -, em agosto a atividade econômica cresceu 1,3% em relação ao mês anterior e 0,3% na comparação com igual mês de 2022, segundo relatório da Ecolatina. Mas, no acumulado do ano o recuo é de 1,6%.

O relatório aponta que, excluindo o setor agropecuário, a economia mostrou um crescimento levemente maior em agosto, 0,5%. Além disso, o resto da economia, sem contar esse setor, mostrou expansão de 1,1%, nos primeiros oito meses do ano. Em particular, os

serviços lideram as melhoras.

Hoje, o Banco Central deve divulgar o Relatório de Expectativas do Mercado (REM), apurado junto às principais consultoras locais. A tendência é mostrar que a economia apresentou maior resiliência que a esperada e esse contexto teria ajustado a projeção de contração do **PIB** de 2023 - de 2,8%, exibido no relatório do mês passado, para percentual inferior. "Para nós, a média vai estar mais perto de 2% que de 3%", diz Manoukian. Porém, o mercado continua esperando uma recessão para este ano.

Os últimos dias de campanha têm sido sem altos e baixos aparentes para os dois candidatos: tanto o governista ministro de Economia, Sérgio Massa (Union por la Patria), quanto o opositor libertário Javier Milei (La Libertad Avanza). As pesquisas sinalizam um empate técnico com leve vantagem para o segundo.

O cenário é de aparente calma com o mercado de câmbio vigiado. Mas as empresas se acautelam e não movem nenhuma ficha. "Ninguém se expõe, tentam conservar o estoque, tentam cobertura diante da possível desvalorização ou salto inflacionário. O resultado não está claro, é um final de campanha apertado", destaca Sica.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187712?page=18§ion=1>

Receita cobra de herdeiros IR sobre cotas de fundos fechados

Bárbara Pombo De Brasília

A **Receita Federal** publicou um entendimento com impacto para herdeiros de cotas de fundos fechados de investimento multimercado. Marcou posição de que devem recolher o Imposto de Renda (IRPF) na transferência desse patrimônio para os seus nomes. A tributação ocorre se houver ganho de capital, ou seja, se o valor recebido for maior que o de aquisição declarado pelo investidor original - o pai ou a mãe, por exemplo.

No fim das contas, dizem advogados, esses herdeiros ficam sujeitos a dois **impostos**: o IRPF, devido à União, e o ITCMD, o imposto sobre doações e herança, exigido pelos Estados. A alíquota do IRPF varia de 15% a 22,5%, a depender do ganho obtido. A alíquota do ITCMD, por sua vez, pode chegar a 8%. Em São Paulo, é de 4%.

"O ITCMD é a regra e está ok. Mas sobre o IRPF existe respaldo em lei para discutir, por isso a manifestação da Receita é absurda", afirma Alamy Candido, sócio da banca Cândido Martins Advogados. "A autoridade fiscal interpreta a regra desconsiderando um fundamento legal, o que é muito grave", acrescenta.

O Fisco se posicionou por meio da Solução de Consulta nº 245, publicada no dia 10 deste mês. Nela, a Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) orienta os auditores fiscais do país a fiscalizarem o pagamento do Imposto de Renda sobre essas heranças.

Existem hoje, segundo o governo, 2,5 mil brasileiros com recursos em fundos fechados - que reúnem poucos cotistas e não são abertos ao público em geral. Eles acumulam, juntos, patrimônio de R\$ 756,8 bilhões.

As novas regras de tributação de fundos fechados, aprovadas na Câmara dos Deputados e sob análise agora no Senado, podem minimizar o problema relacionado à herança, segundo advogados.

Pela norma atual, os rendimentos só são taxados no resgate das cotas. O Projeto de Lei nº 4.173 estende para os fundos fechados uma taxação periódica,

nos meses de maio de novembro. É o chamado come-

cotas, que já vale para outros tipos de fundos.

O montante aplicado no fundo, explicam especialistas, estará sempre atualizado a valor de mercado para fins de recolhimento do Imposto de Renda semestral. Logo, não haveria saldo relevante sem tributação para justificar um questionamento na transmissão do patrimônio por herança.

Os questionamentos, acrescentam, tendem a continuar, no entanto, para os fundos que, pelo projeto, estão excluídos do come-cotas, como os de investimento em direitos creditórios (FDIC) e os de investimento em ações (FIAs).

Advogados relatam que existe uma briga entre herdeiros e gestores dos fundos, que exigem que as cotas sejam transferidas a valor de mercado e o Imposto de Renda pago sobre o ganho de capital. Isso, dizem, acaba levando contribuintes a buscar aval na Justiça para o não recolhimento.

"A jurisprudência sobre o assunto ainda não é muito evoluída. Mas a judicialização é a solução para o investidor que se sentir lesado", afirma Diogo 01 m Ferreira, tributarista do VBSO Advogados.

A manifestação da **Receita Federal** veio em resposta justamente à consulta de dois herdeiros que discordaram da exigência do imposto feita pelo administrador do fundo.

Na solução de consulta, o órgão frisa que o espólio é o contribuinte, mas a responsabilidade por recolher o imposto é do administrador do fundo ou da instituição que intermediar recursos por conta e ordem de seus clientes.

Advogados de contribuintes argumentam que só haveria imposto a recolher no momento do resgate da aplicação financeira.

Citam o artigo 23 da Lei nº 9.532, de 1997.

O dispositivo dá, segundo Juliana Cardoso, sócia do Humberto Sanches e Associados, uma opção ao contribuinte: transferir os bens a valor de mercado ou pelo valor informado na declaração do Imposto de Renda do falecido.

"A decisão de entrar com uma ação judicial varia de acordo com o perfil do cliente. Alguns preferem pelo montante alto envolvido. Mas fato é que orientamos que discuta porque a lei permite a transmissão do bem pelo montante original", afirma.

Na solução de consulta, a **Receita Federal**, no entanto, afastou a aplicação do artigo 23. Entende que a transferência de cotas de fundos fechados por herança é um tipo de alienação do ativo, o que justifica a incidência do imposto sobre eventual ganho de capital.

Ao afastar a aplicação do dispositivo, a Receita afirma que o objetivo de permitir a transferência de patrimônio pelo custo de aquisição é evitar que os herdeiros tenham de alienar outros bens (que não os transferidos) para pagar o Imposto de Renda no ato da mudança de propriedade.

"Motivação totalmente inaplicável no caso de fundos de investimento que, sabidamente, possuem, em seu ativo, instrumentos financeiros dotados de liquidez suficiente para serem alienados (em mercado secundário), de forma a fazer face ao pagamento do Imposto sobre a Renda e sem qualquer necessidade de disposição de bens adicionais pelos herdeiros", afirma a Receita.

Existe um precedente recente da Justiça a favor da tese dos contribuintes. A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), em São Paulo, foi contra a exigência do imposto na transferência de cotas a uma viúva.

Os desembargadores entenderam que a sucessão por morte não pode ser considerada como resgate dos rendimentos financeiros (processo nº 5012411-08.2017.4.03.6100). A Fazenda Nacional recorreu dessa decisão, mas ainda não há decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

"A lei permite a transmissão do bem pelo montante original" Juliana Cardoso

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187712>

Uma oposição irracional (Editorial)

O País assistiu a dois feitos dignos de nota na semana passada. O primeiro, muito positivo, foi a histórica aprovação da **reforma tributária** pelo Senado após mais de 30 anos de debates. O segundo, extremamente negativo, foi a atuação de Jair Bolsonaro para barrar o avanço da proposta.

Foi, provavelmente, a primeira vez que o ex-presidente se envolveu pessoalmente na deliberação de um projeto em tramitação no Legislativo, disposição que ele nunca demonstrou nos quatro anos em que esteve no Palácio do Planalto.

Felizmente, a sabotagem de Bolsonaro não foi suficiente para impedir a aprovação da reforma por 53 votos a 24, nos dois turnos de votação. Foram mais que os 49 necessários, mas uma margem pequena para um modelo adotado por 174 países no mundo e que dará fim ao manicômio tributário em que vivemos hoje.

Bolsonaro não conseguiu convencer seu próprio partido a fechar questão contra o texto - dos 12 senadores do PL, 10 votaram contra o texto, 1 a favor e 1 se ausentou. Mas sua liderança tóxica se fez sentir no posicionamento de senadores de outras siglas da oposição, como o PP e o Republicanos, virou o voto de parlamentares que haviam se manifestado a favor do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e fez o governo ceder em novas concessões e suar frio no plenário, como mostrou o Estadão.

Que fique claro, não haveria problema no voto contrário à reforma, desde que os senadores tivessem explicado as razões de sua discordância. Durante o debate, economistas e tributaristas manifestaram críticas públicas ao texto.

Setores econômicos descontentes com os eventuais impactos da proposta sobre seus negócios trabalharam com afinco para que suas sugestões de mudança fossem acatadas pelo relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM).

Havia, também, muito debate sobre a alíquota final que resultará da união de cinco **tributos** em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), embora a premissa da reforma seja a neutralidade, ou seja, manter a carga tributária atual. Essa preocupação, inclusive, não é de todo despropositada, pois cada privilégio conquistado deverá majorar a alíquota padrão. Governos petistas, ademais, sempre demonstraram muito apetite para aumentar **impostos**

e nenhuma vontade de cortar despesas.

Líder da oposição na Casa, o senador Rogério Marinho (PL-RN) até mencionou alguns desses aspectos. Mas, como bem disse o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), que apoiou a proposta, "se nós, que somos liberais, não votarmos a favor, vamos defender o quê?".

Eis a reflexão que toda a oposição deveria ter feito. O ex-presidente Jair Bolsonaro nunca foi um liberal. Para ficar em um único exemplo, na votação da reforma da Previdência, no primeiro ano de seu governo, não trabalhou por sua aprovação, optando por se afastar de qualquer temática que pudesse gerar algum desgaste à sua figura - e, pior, incentivou, nos bastidores, que as forças de segurança se articulassem para desidratar o texto.

Se havia problemas no texto da **reforma tributária**, e há aos borbotões, os senadores poderiam ter sugerido mudanças.

Registre-se que muitos senadores o fizeram e tiveram numerosas emendas acatadas, mas nem assim votaram a favor do texto - muito provavelmente influenciados por mensagens de Bolsonaro e pelo custo eleitoral de ignorá-lo.

Este tipo de oposição perniciosa, com toda a certeza, não serve ao País. O sucesso parcial dessa empreitada bolsonarista, no entanto, não teria funcionado se não fosse a claudicante articulação política do governo no Senado. De forma arrogante, o Executivo deixou o debate correr solto por meses e só se mobilizou para impedir a derrota quando o texto estava prestes a ser votado.

O placar apertado não foi o primeiro recado enviado pelo Senado e não será o último. Enquanto o governo não reconhecer a existência desse problema e enfrentá-lo, o ex-presidente aproveitará essas brechas para tentar reaglutinar forças, ainda que isso signifique posicionar-se contra uma reforma tão necessária quanto a tributária. O País merece uma oposição mais qualificada.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Regulamentação da reforma promete nova pressão de setores por vantagens

BIANCA LIMA ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

Após mais de 30 anos de impasse e muitas concessões, a **reforma tributária** caminha para a reta final no Congresso. Com a aprovação no Senado, resta uma segunda análise pela Câmara, com possibilidade de promulgação fatiada dos trechos comuns às duas Casas.

Mas a discussão ainda está longe do fim. Isso porque o governo empurrou uma série de definições para as leis complementares, que devem ser analisadas a partir de 2024.

Entre as pendências estão o valor de parte dos fundos que serão abastecidos pela União e direcionados aos Estados; a composição da cesta básica isenta; as regras do Imposto Seletivo; o funcionamento dos diversos regimes específicos de tributação e a operacionalização do cashback, o sistema de devolução de **tributos**.

Ou seja, uma nova guerra de lobbies já está contratada.

"A PEC dispõe apenas sobre as normas gerais e empurra o restante para a lei complementar", afirma o tributarista Gustavo Brigagão, sócio do Brigagão Duque Estrada Advogados. Para evitar insegurança jurídica, o tributarista defende que as regulamentações sejam feitas o mais rapidamente possível.

"Mas não sei se o Congresso terá energia e disciplina." **ALÍQUOTA-PADRÃO.** A regulamentação dos regimes específicos é um tema aguardado, pois vai calibrar o tamanho da alíquota de referência. Apesar das estimativas divulgadas pelo Ministério da Fazenda, que já colocam o Brasil no topo do ranking mundial, só será possível definir o percentual exato após o estabelecimento das regras.

É nessa regulamentação que serão definidos, por exemplo, quais produtos, tipos de serviços ou empresas terão direito a tratamento tributário diferenciado.

Se o leque das exceções for muito flexibilizado, a alíquota do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) vai subir ainda mais. E quem vai pagar a conta são os contribuintes que consomem produtos que não estão

nessa lista de excepcionalidades.

Percy Soares, diretor executivo da Abcon, associação que reúne as empresas privadas de concessão de saneamento, avalia que a briga será maior entre os grandes setores que foram parar no regime específico, como transporte, telecomunicações, rodovias e saneamento.

Para ele, será necessário discutir a importância de cada segmento.

"O que é mais importante: o transporte de minério ou o saneamento preventivo contra doenças?", diz Percy ao defender o seu setor.

O segmento de telecomunicações também já está em contato com os parlamentares. "A gente não vive sem água, luz, esgoto e internet", afirma Vivien Mello Suruagy, presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra).

Manoel Pires, coordenador do Observatório Fiscal do IBRE/FGV, avalia que há exceções muito mal definidas, com a possibilidade de setores inteiros poderem ter o tratamento diferenciado. "Se liberarem muito na regulamentação, a alíquota vai lá para cima", disse.

À Rádio Eldorado, o secretário extraordinário de **Reforma Tributária**, Bernard Appy, reforçou que a **alíquota-padrão**, que será adotada para quem não tiver tratamento diferenciado, só será definida após essa regulamentação. "Vai depender de quanto será arrecadado de Imposto Seletivo, quantos serão os regimes específicos e quais bens e serviços estarão na cesta básica nacional."

"A PEC dispõe apenas sobre as normas gerais e empurra o restante para a lei complementar" Gustavo Brigagão Sócio do Brigagão Duque Estrada Advogados

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Acredito que a gente pode se surpreender positivamente"

LUCIANA DYNIEWICZ

ENTREVISTA: Zeina Latif, Doutora em economia, foi secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de SP; é sócia-diretora da Gibraltar Consulting

Com as exceções que entraram na **reforma tributária**, o texto aprovado ontem pelo Senado é o exemplo de mais uma oportunidade que o Brasil perde.

"Nós não falamos que somos craques em perder oportunidade?"

Tínhamos a oportunidade de fazer uma coisa mais ambiciosa.

Aí vieram os setores pedir concessões, setores que é absolutamente injusto receberem tratamento diferenciado", disse ao Estadão a economista Zeina Latif, sócia-diretora da Gibraltar Consulting.

Para ela, porém, a reforma melhora muito o atual sistema tributário brasileiro e seus reflexos no **PIB** podem ser maiores do que as estimativas dos economistas indicam. Como muitos impactos são difíceis de serem mensurados, é possível que as projeções estejam subestimando o resultado da mudança, disse Zeina. "Acho que a tendência é a gente se surpreender positivamente." Confira os principais trechos da entrevista: Qual avaliação a sra. faz do texto aprovado pelo Senado?

Ouvi o argumento de que a reforma saiu muito ruim, de que a gente teria como fazer algo melhor, de que o ideal era parar tudo e começar de novo, de que o melhor era não aprovar essa reforma por causa das distorções.

Acho que correríamos risco se fizessemos algo assim. A impressão é de que, quanto mais ficássemos cozinhando a reforma, pior seria.

Obviamente será preciso ter muito cuidado na implementação e na regulamentação, além de buscar ajustes conforme necessário.

Mas nós temos um sistema político que é muito permeável a pressões do setor privado. Tem grupos com muita capacidade de se organizar e fazer lobby no Congresso. Mesmo que a reforma não seja nota 7,

como o ministro Fernando Haddad falou, mesmo que seja nota 6 ou menor, acho que foi melhor fazê-la já.

Qual nota a sra. daria?

É difícil. Certamente não daria uma nota muito alta. Não seria uma nota boa pensando na reforma ideal, mas seria uma nota altíssima em relação ao que a gente tem hoje.

As concessões que foram dadas vão elevar a alíquota.

Qual o impacto na economia de uma alíquota ao redor de 27%?

Isso coloca o Brasil na categoria de países com alíquotas mais elevadas. É o que temos.

Cada um foi defender o seu. O grau de desconfiança que existe no País é enorme. Quando os setores fazem isso, é porque há uma desconfiança (em relação ao possível aumento do **PIB** decorrente da reforma). Na dúvida, preferem não se arriscar.

Também tem a desconfiança dos municípios e dos Estados, que acham que o governo federal concentra o poder. Ainda assim, é um salto em relação ao que a gente tem hoje. O atual sistema tributário é um dos grandes fatores que prejudicam o potencial de crescimento do País. Agora, de fato, isso (a alíquota alta) reflete quem nós somos. Nós não falamos que somos craques em perder oportunidade? Tínhamos a oportunidade de fazer uma coisa mais ambiciosa. Aí vieram os setores pedir concessões, setores que é absolutamente injusto receberem tratamento diferenciado. Que setores a sra. destacaria?

De advogados ao turismo. São pessoas com recursos sendo beneficiadas.

Apesar desse problema das concessões, a reforma pode ter algum impacto no curto prazo, gerar um otimismo no investidor?

No curto prazo, não. A transição não é tão rápida. Mas precisava fazer, tinha que começar.

No longo prazo, como vê os impactos?

Tenho uma inclinação a acreditar que a gente pode se

surpreender muito positivamente.

A gente vê várias simulações, com metodologias diferentes, que vão desde um crescimento de 2% a mais (no **PIB**) até 20% em um intervalo de 15 anos. Tendo a acreditar que, mesmo com essas concessões, o impacto é grande, porque tem vários aspectos que são difíceis de colocar na simulação. Tem o impacto na melhora de alocação de recursos na economia. Hoje a gente tem um regime tributário que não é neutro no sentido de não afetar decisões de investimento de produção. Hoje tem empresas que tomam decisão de o que, onde e de que forma produzir não por uma análise racional de custos e benefícios, mas, sim, com base no benefício tributário. O atual sistema distorce as decisões e gera menor potencial de crescimento.

Há outros impactos?

Tem o custo de redução do contencioso. As empresas hoje têm que ter um exército de pessoas para lidar com as mudanças de regras tributárias e as interpretações das leis. Também tem os custos de oportunidade.

Uma empresa que tem que manter um exército de especialistas em tributação teve de abrir mão de alguma coisa.

Ela está deixando de treinar mão de obra, de inovar, de investir, de modernizar a sua estrutura produtiva. É difícil colocar esse ganho numa estimativa.

Tem ainda benefícios que a gente pode ter pela melhor distribuição da carga tributária.

Hoje a cobrança de **tributos** da indústria não é uniforme, depende da área, do setor, da região. São muitos fatores difíceis de colocar numa simulação.

Por isso, acho que a tendência é a gente se surpreender positivamente.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Em 54% dos países, iva tem exceção

VINÍCIUS NEDER

A multiplicação de exceções na reta final da aprovação da **Reforma Tributária** no Senado - o texto ainda depende de novo aval da Câmara para ser promulgado - não é uma particularidade do Brasil. Mais da metade (54%) dos 174 países que adotam algum tipo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) têm taxas reduzidas ou isenções para setores ou produtos, mostra um relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). No entanto, a comparação indica que a simplificação tributária tem maior impacto positivo para a economia quando há menos exceções.

Especialistas ouvidos pelo GLOBO frisam que, apesar das brechas abertas no desenho original da reforma brasileira, o novo modelo ajudará a impulsionar o crescimento econômico, como aconteceu em outros países, conforme compilação feita pela LCA Consultores. No entanto, estudos sobre a experiência internacional com o IVA (que, no Brasil será o resultado da fusão de cinco **impostos** sobre o consumo) sugerem maiores **benefícios** para o ambiente de negócios nos países com menos setores privilegiados. Reformas recentes como as da Índia (2017) e em países da União Europeia (2016) mostram que o IVA é o melhor modelo de taxação de bens e serviços, mas o impacto positivo pode ser reduzido por tratamentos diferenciados para setores e produtos específicos.

CARGA JÁ É ELEVADA

Segundo a consultora Meli-na Rocha, especialista em IVAs, estudos sobre o funcionamento desse tipo de imposto nas últimas décadas em diversos países confirmam que, quanto menos exceções, melhor para o crescimento econômico. Mas ela considera difícil dizer se as brechas introduzidas no Congresso deixarão o Brasil pior do que o padrão global: - Diria que não está nem entre os piores nem entre os melhores.

Conforme Falilou Fali, economista sênior e chefe da equipe que analisa o Brasil na OCDE, pesquisas sugerem que exceções e taxas reduzidas não são o "caminho mais efetivo" para apoiar famílias de baixa renda ou estimular setores econômicos, mas a "realidade é frequentemente mais complexa". E diz que não há um limite claro a partir do qual as exceções tiram os benefícios do IVA:

- Não há uma resposta única para definir se é apropriado introduzir exceções ou taxas reduzidas e, caso positivo, a quantos e quais bens e serviços.

Para cumprir o preceito de manter a arrecadação no mesmo nível de hoje, quanto mais alíquotas reduzidas e exceções, maior será a taxa padrão do IVA, cobrada sobre a maioria dos bens e serviços. Com as mudanças feitas no Congresso, a soma do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) subnacional com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) federal poderá estreitar já no posto de taxa padrão mais elevada do mundo-acima de 27,5%, nas contas do Ministério da Fazenda, embora a calibragem final ainda dependa de um período de testes. Isso pode tornar o IVA brasileiro um dos mais altos do mundo. Entre os países da OCDE, o campeão é a Hungria, com 27% (veja no gráfico acima).

Por outro lado, as alíquotas reduzidas não são as únicas culpadas pelo recorde negativo, diz Melina. São fruto também da já elevada carga tributária brasileira, na comparação com economias emergentes, e de sua composição -os **impostos** sobre consumo pesam mais.

A carga de **impostos** no Brasil foi de 33,9% do **PIB** em 2021, ante 34,1% na média dos países da OCDE, segundo artigo publicado em julho pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mas quase a metade (15,1%) está nos **tributos** sobre o consumo, contra menos de um terço (10,8%) nos países mais ricos, que tributam mais a renda.

Apesar das inúmeras exceções e da elevada taxa padrão, o efeito positivo da reforma virá de outras frentes, dizem especialistas ouvidos pelo GLOBO. Fali, da OCDE, ressalta que o modelo proposto pela reforma brasileira reduzirá "significativamente" a complexidade da tributação nacional. Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores, avalia que a proposta de reforma manteve a correção dos principais problemas atuais, como **impostos** em cascata e a cobrança na origem.

A cobrança cumulativa responde por boa parte das distorções atuais, lembra Borges. Sem abater todos os **impostos** pagos nos insumos que compram, as **empresas** - principalmente as com longas cadeias de suprimentos, na indústria -têm uma carga maior do que as alíquotas indicam. Parte dessa carga vai para o preço final, parte reduz o ganho da empresa. O resultado são produtos mais caros e menos disposição

para investir. O IVA facilitará o abatimento.

- O Brasil ganhará competitividade no mercado internacional, e o custo de investimento cairá. Hoje, quando se compra um caminhão, um maquinário ou um trator, esses produtos já têm alíquotas reduzidas ou até zeradas. Parece que não tem nenhum tributo neles, mas tem -diz Borges.

A Índia - citada como exemplo para o Brasil, dadas as semelhanças entre o atual emaranhado tributário nacional e o sistema que foi reformado por lá - também adotou exceções no IVA ao aprovar sua reforma. Com quatro tipos de IVA e cinco taxas, o modelo foi alvo de críticas.

CANADÁ TAMBÉM NEGOCIOU

Abrir brechas para exceções fez parte das negociações políticas para aprovar a reforma do Canadá-outra exemplo para o Brasil, por conta das semelhanças na organização federativa. As mudanças só foram aprovadas, em 1991, após técnicos cederem na adoção de taxa zero sobre bens considerados essenciais, como produtos de mercearia, conta Melina Rocha.

Para Romero Tavares, sócio da consultoria PwC nas áreas de política tributária e tributação internacional, a reforma da Índia transformou um sistema "péssimo" num ainda "ruim". Mesmo assim, os resultados foram positivos. Um estudo acadêmico de 2022, liderado pela economista Nikita Singhal, diretora da gestora americana Lazard, concluiu que o IVA teve "efeito positivo considerável". Outro, liderado por Bibek Debroy, assessor do governo indiano, aponta que o IVA aumentou as transações comerciais entre as províncias locais de 55% do **PIB**, até 2018, para 70% hoje, aquecendo a economia.

-Tem um estudo que mostra um aumento de 3% no estoque de capital, que pode ter sido por causa da alocação mais eficiente de recursos, ou seja, essa liquidez maior do sistema (tributário) se reverteu em mais investimento produtivo -afirma Tavares.

O período de transição na Índia também serve de lição da experiência para o Brasil. Por lá, a entrada em vigor das novas regras foi acelerada. Por aqui, aversão da reforma aprovada no Senado prevê uma transição gradual até 2033. Segundo Tavares, os efeitos colaterais da mudança são inevitáveis, mas um "tratamento de choque", como na Índia, tende a ser pior, porque não dá tempo para empresas e investidores, já adaptados às distorções do atual sistema, se ajustarem.

Comparando com o Brasil, as modificações feitas pelo

Congresso na reforma farão com que o novo sistema sobre o consumo fique "mediano", mas "muito melhor" do que o atual, que é "péssimo", como era o da Índia. A edição de 2020 da pesquisa Doing Business, do Banco Mundial -em que pese o fato de ter sido descontinuada por problemas metodológicos - coloca o Brasil na posição 184 de uma lista de 190 países na categoria "pagamento de **tributos**".

Apenas um dos 38 países da OCDE não tributa o consumo com base em algum tipo de IVA: os EUA. Lá, reinam os **impostos** sobre vendas (sales tax, em inglês), com cada estado cobrando sua alíquota. As taxas combinadas vão de 1,76% (no Alasca) a 9,55% (na Louisiana e no Tennessee), segundo a OCDE, que vê como um dos problemas do modelo o fato de o varejo ser responsável por repassar toda a arrecadação sobre o consumo aos governos.

*

Alemanha

O IVA é de 19%. São isentos apenas serviços de relevância social, como postais, de saúde, educacionais e filantrópicos. Só há uma alíquota reduzida, de 7%, para alimentos, saneamento, itens para pessoas com deficiência, jornais e livros.

Brasil

A reforma cria dois IVAs (federal e estadual) com dezenas de exceções, entre isenções, cashback, alíquota reduzida em 60% e regimes especiais. Beneficiados vão de time de futebol a remédio, de educação à cesta básica.

Índia

A reforma de 2017 criou quatro IVAs (dois federais e dois provinciais), e cinco alíquotas. Na soma dos **impostos**, a taxa pode ser zero, 5%, 12%, 18% ou 28%. Para analistas, melhorou o caos tributário, mas o ideal seria uma simplificação maior.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Afinal, Imposto de Importação para carro elétrico promove ou não a produção local?

Marli Olmos

Anunciada na sexta-feira, a retomada da cobrança do Imposto de Importação para carros 100% elétricos e aumento das alíquotas para híbridos a partir de janeiro já era esperada por todo o setor automotivo. E não à toa nas últimas semanas algumas marcas, como as novatas chinesas, capricharam nos volumes importados antes de a medida entrarem vigor.

O governo já havia dado sinais da intenção de aplicar a tarifa máxima, de 35%. Ninguém sabia, no entanto, quanto tempo isso levaria. O prazo é longo - julho de 2026. Mas o primeiro aumento do tributo será rápido - daqui a um mês e meio - e elevado, o que já provocará impacto nos preços.

Isentos do Imposto de Importação desde 2016, os carros 100% elétricos serão tributados em 10% em janeiro e em 18% em julho. Nos híbridos, a alíquota, que hoje varia até 4%, vai a 12% em janeiro e 25% seis meses depois, em julho. Nos híbridos plug-in, segmento que registrou forte crescimento nos últimos meses, o imposto sobe a 12% em janeiro e 20% em julho. Nem híbridos plug-in e nem os 100% elétricos são produzidos no Brasil.

O aumento do tributo não pode, no entanto, ser analisado isoladamente. O primeiro sinal do caminho que o governo brasileiro pretende seguir em relação ao futuro da sua matriz energética veicular foi dado na quarta-feira pelo Congresso.

O texto da **reforma tributária** aprovado no Senado incluiu polêmico artigo que também envolve a eletrificação dos carros. O texto que inicialmente previa a extensão dos incentivos fiscais nas regiões Norte e Nordeste só para modelos eletrificados recebeu adendos que incluíram os carros a combustão.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, apontou a retomada gradual do Imposto de Importação como forma de promover a produção de veículos eletrificados no país.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) comemorou. A entidade que representa as montadoras instaladas no país sustenta

que sem a tributação as marcas optariam pela importação, prejudicando a produção local. Já a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE) e a Associação Brasileira das Importadoras (Abeifa) se frustraram. Para essas entidades, ainda que gradual, a elevação do imposto já em janeiro é "punitiva". Argumentam que a importação incentivada por mais tempo ajudaria o país a assimilar melhor a tecnologia e criar a demanda necessária para justificar a produção local de veículos com essas características.

O consumidor fica confuso ao perceber que tanto os que apoiam uma rápida retomada do imposto como os que defendem prazo maior têm como argumento o benefício à produção local. Qual lado tem razão? A resposta depende do tipo de veículo eletrificado que efetivamente será produzido no Brasil e, igualmente importante, que tipo o consumidor gostaria de ter ou vai poder comprar.

Há vários tipos de híbridos, por exemplo. E, como em qualquer tecnologia, como o celular, por exemplo, com o tempo, o consumidor saberá diferenciá-los.

Parte dos projetos das montadoras favoráveis ao aumento do Imposto de Importação visa o desenvolvimento e produção local de dos chamados híbridos leves - ou "mild hybrids". A vantagem é que o custo, e consequentemente o preço, desse híbrido, é mais baixo.

A desvantagem é que no híbrido leve, o consumidor não vive a experiência elétrica plena porque os dois motores atuam sempre em conjunto. Esse veículo é um passo ao híbrido convencional e já ajuda a reduzir emissões, principalmente se abastecido com etanol.

No híbrido convencional, os motores se alternam. O carro funciona no modo elétrico ou a combustão conforme uso e condições. Numa subida, por exemplo, que exige mais torque, o veículo acaba funcionando no modo a combustão. Esse modelo é mais econômico e menos poluente que o "mild".

O híbrido "plug-in" é um passo ao elétrico total. Pode ser carregado em tomada, como um elétrico puro, mas tem, também, motor a combustão, que entra em ação quando a bateria está descarregada. Ajuda em viagens mais longas, em estradas onde não há rede de carregamento de baterias adequada. Na cidade,

esse veículo tende a funcionar no modo elétrico em boa parte do tempo.

O 100% elétrico é o que mais atrai a curiosidade do consumidor. Sua configuração chama a atenção pela simplicidade, pois tem muito menos peças do que um a combustão. É bem mais simples, mais inovador. Mas a falta de infraestrutura de pontos públicos de carregamento no país, principalmente nas estradas, ainda atrapalha. O elétrico também é mais caro porque o custo das baterias ainda é elevado. E, no caso brasileiro, a importação com **tributos** o tornará menos acessível.

O mercado tende a ficar, como sempre, dividido por poder aquisitivo. Os que podem pagar mais terão acesso a carros eletrificados com mais tecnologia e maior autonomia. Esse público é o que rodará pelas cidades com elétricos importados, que, agora, com imposto mais elevado, vão ficar mais caros.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Afinal, Imposto de Importação para carro elétrico promove ou não a produção local?

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187712?page=18§ion=1>

Leis complementares serão discutidas por grupo de trabalho

Lu Aiko Otta e Jéssica Sant"Ana

Assim que a emenda constitucional da **reforma tributária** for promulgada, será criado pela União um grupo de trabalho com integrantes de Estados e municípios para discutir as leis complementares que detalharão as mudanças. A ideia é que os trabalhos comecem ainda este ano, disse ao Valor o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, pois a intenção é enviar as propostas ao Congresso "o mais cedo possível", apesar do prazo legal de até 180 dias após a promulgação da reforma.

"Temos todo interesse em participar", disse o presidente do Comitê Nacional dos Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), Carlos Eduardo Xavier, do Rio Grande do Norte. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo dos Estados, será substituído pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Por isso, é importante que as unidades da Federação estejam inseridas na discussão das leis complementares, explicou. "Elas têm de trazer um sistema mais simplificado, que dê robustez do ponto de vista dos Estados e municípios."

Serão pelo menos três leis complementares para regulamentar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, da **reforma tributária** do consumo. A principal delas trará definições básicas, como o fato gerador, a base de cálculo e o modelo de cobrança dos novos **tributos**. Possivelmente nessa mesma lei, haverá detalhamento das exceções. Por exemplo, será especificado quais produtos da cesta básica terão alíquota zero.

Isso determinará a alíquota-padrão, disse o secretário. Os 27,5% estimados pela Fazenda são apenas um indicativo.

O ideal, disse Appy, é que a lei complementar que regulará o Comitê Gestor do IBS seja a primeira a ser aprovada. Assim, o próprio grupo poderá participar das discussões da lei complementar que regulará o novo tributo.

Outro tema que precisará de uma lei complementar é o Imposto Seletivo. Inicialmente, a ideia era cobrar o tributo só sobre tabaco e bebidas, e regular por lei ordinária. No entanto, o relator da **reforma tributária**

no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), optou por uma lei complementar (que exige quórum mais elevado para a aprovação) e previu a cobrança de 1% de Seletivo sobre atividades de extração (como petróleo e minérios) e vendas de armas e munições a privados.

Os demais temas que dependem de regulamentação poderão entrar num desses projetos de lei complementar, num novo texto ou até mesmo num projeto de lei ordinária, que tem quórum mais simples de aprovação. A estratégia ainda está sendo desenhada. São temas também relevantes, como a questão da não cumulatividade plena, da tributação no destino, período de transição, entre outros pontos.

O advogado tributarista Júlio de Oliveira, sócio das áreas de **impostos** indiretos e contencioso tributário no Machado Associados, diz que o papel dessas leis complementares será decisivo para o sucesso da reforma. "Se mais concessões forem dadas durante a regulamentação, pode ter risco grande de aquilo que se imaginava ter sido aprovado na

PEC não ser efetivamente implementado", afirmou. "Por isso, é importante que todos participem desse processo", comentou.

Antes do envio das leis complementares, a promulgação da PEC 45 ainda demandará mais negociações políticas, disse Appy. Ele acha bastante provável, por exemplo, que a Câmara queira modificar o ponto que prorrogou até 2032 os benefícios fiscais para montadoras instaladas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Governadores do Sul e Sudeste são contra.

Na semana passada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) comentou que no Senado o Norte e o Nordeste aprovam "o que querem" (porque são três senadores por Estado), mas essa lógica não se mantém na Câmara (onde a quantidade de deputados reflete a população). Ele não explicitou a que se referia.

Arthur Lira é defensor da ideia de o Congresso Nacional promulgar este ano as partes da PEC 45 que são consensuais. Isso permitiria avançar com a parte central da reforma, que é reformulação dos **tributos** incidentes sobre o consumo.

Appy disse que a decisão sobre esse encaminhamento cabe ao Congresso Nacional. A dificuldade, na sua opinião, é definir o que é a parte principal da PEC e o que são pontos acessórios. É fácil fazer a distinção do ponto de vista técnico, mas a decisão é política.

Depois de mais de uma década negociando a **reforma tributária**, Appy foi comedido na comemoração. "Calma", pediu ele, ao lembrar que ainda há muito trabalho pela frente até colocar em funcionamento o novo sistema. Ele não tem dúvidas, porém, do benefício. No longo prazo, o país deve ganhar pelo menos quatro pontos percentuais no seu Produto Interno Bruto (**PIB**) potencial.

"Propostas têm de trazer um sistema mais simplificado"

Carlos E. Xavier

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Leis complementares serão discutidas por grupo de trabalho

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187712?page=18§ion=1>

A neo e velha industrialização na reforma tributária - BRUNO CARAZZA

Desde a campanha eleitoral do ano passado, o termo neointustrialização vem ganhando força nos discursos de Lula e de membros de sua equipe. Em artigo assinado em coautoria com o vice Geraldo Alckmin em 25 de maio no jornal "O Estado de S.Paulo", o presidente anunciou que lançaria uma "política industrial inteligente", atenta ao "novo momento da globalização" e ao "imperativo da mudança climática".

No caso específico da indústria automobilística, a dupla Lula e Alckmin indicou que o caminho seria surfar na onda da economia verde: "A redução do uso de combustíveis fósseis na indústria automotiva se ciará com o carro elétrico, mas também com biocombustíveis", avaliaram.

Na prática, porém, a teoria é outra. Durante a tramitação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, Lula fez de tudo para aprovar a prorrogação do programa de incentivos tributários para as fábricas de automóveis instaladas em Estados do Nordeste e do Centro-Oeste.

A Política Automotiva de Desenvolvimento Regional foi criada em 1997, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, com o propósito de estimular a descentralização dos investimentos das montadoras de veículos no Brasil.

Por uma combinação de pujança do mercado consumidor e logística favorável da cadeia de suprimentos, o parque industrial automobilístico brasileiro concentrou-se no centro-sul do país. A lógica do programa era simples: as multinacionais que instalassem fábricas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste teriam direito a um crédito presumido de IPI que compensaria as desvantagens de deslocar parte de sua produção para essas regiões.

Previsto para durar até 2010, os incentivos foram estendidos por mais dez anos e quando esse novo prazo estava chegando ao fim, foi prorrogado novamente até 2025. Fazendo valer a frase de Milton e Rose Friedman de que "não há nada tão permanente quando um programa governamental temporário", Lula tentou embutir no texto da **reforma tributária** na Câmara um jabuti que faria o benefício valer até 2032, mas a proposta foi derrubada por apenas um voto. O presidente, no entanto, não desistiu de seu objetivo.

Não é um programa barato. De acordo com a **Receita Federal**, a União deixa de arrecadar R\$ 5 bilhões por ano em **impostos** para estimular a fabricação de carros no Nordeste e no Centro-Oeste.

Esse regime automotivo regional tem destinatários certos. No Centro-Oeste, beneficia a fábrica da Mitsubishi e da Suzuki em Catalão e também as atividades da Hyundai e da Chery em Anápolis (ambas em Goiás). Antes de encerrar suas atividades no Brasil, a Ford também usufruiu dos benefícios nas suas fábricas de Camaçari/BA e de Horizonte/CE (onde produzia o Troller).

O grosso dessa renúncia fiscal bilionária é apropriada por uma única empresa, a Stellantis, que produz os modelos Fiat Toro e Jeep Renegade, Compass e Commander na sua fábrica em Goiana, em Pernambuco. De acordo com estudo conduzido em parceria entre o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), a montadora foi agraciada com um benefício tributário de R\$ 4,6 bilhões em 2019.

Os resultados desses incentivos, entretanto, são bastante questionáveis. Diante de um incentivo fiscal tão grande, os retornos em termos de desenvolvimento regional são muito limitados. A avaliação feita pelos técnicos do TCU e da CGU indicam que a fábrica da Stellantis gera 11.258 empregos diretos e indiretos na região, o que indica que cada posto de trabalho criado tem um custo de mais de R\$ 34 mil mensais aos cofres públicos.

Quanto ao estímulo à geração de um polo industrial na região. Apenas 18 fornecedores de autopeças se instalaram em Pernambuco para suprir as demandas da Stellantis. Os números levantados pelos órgãos de controle indicam que a unidade de Goiana adquire apenas 6% de seus insumos de fábricas nordestinas e restante continua sendo trazido de fornecedores no Sudeste (85%) e do Sul (9%).

Olhando o incentivo sob outro prisma, os R\$ 4,6 bilhões que a União deixa de arrecadar da Stellantis por ano servem para se produzir em torno de 170 mil unidades de SUVs e picapes. Isso significa que o governo federal está abrindo mão de R\$27 mil por carro produzido.

Ao apoiar a renovação do programa de benefícios regionais tal qual ele funciona hoje, Lula mantém a aposta no incentivo à produção de veículos de combustão interna, parte deles movida a óleo diesel, e destinados à classe alta-na direção contrária, portanto, à sua propagada neointustrialização baseada na economia verde e no consumo popular.

Durante a tramitação da **reforma tributária** no Senado, o relator Eduardo Braga tentou corrigir a distorção e vincular a prorrogação do programa apenas para a produção de veículos elétricos. A bancada do governo, porém, reforçada pelo apoio da governadora pernambucana Raquel Lyra (PSDB), conseguiu aprovar a emenda tal qual Lula pediu-para alegria da Stellantis.

Cabrá agora à Câmara ratificar ou não a proposta de se estender o programa de incentivos tributários para a produção de automóveis no Nordeste e no Centro-Oeste até 2032.

Pelo seu alto custo fiscal, seus resultados limitados e por estimular a produção de veículos movidos a combustíveis fósseis, a posição do governo Lula nessa questão demonstra que os discursos de neointustrialização, transição energética e economia verde não passam de palavras ao vento.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro" (Companhia das Letras)". Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
A neo e velha industrialização na **reforma tributária**

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187712?page=18§ion=1>

Mercado diminui previsão da inflação deste ano após IPCA abaixo do esperado

Fernando Narazaki

O mercado financeiro reduziu a previsão da **inflação** deste ano para 4,59%, após a divulgação que o aumento do preços ficou abaixo do esperado em outubro .

Os economistas ouvidos pelo Banco Central diminuíram a expectativa do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 0,04 ponto percentual, segundo o boletim Focus divulgado nesta segunda-feira (13). Na semana passada, o número estava em 4,63%.

Na sexta-feira, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) anunciou que a **inflação** de outubro ficou em 0,24% em outubro, uma leve desaceleração em relação a setembro, que foi de 0,26%. Analistas consultados pela Bloomberg previam que o índice seria de 0,29%.

Além da **inflação** abaixo do esperado, o mercado também reagiu à aprovação da **Reforma Tributária** pelo Senado na semana passada. O texto irá para a Câmara dos Deputados , pois o projeto foi alterado pelos senadores.

Se a previsão caiu para este ano, os economistas aumentaram a expectativa da **inflação** do próximo ano para 3,92%. Na semana passada, o número era de 3,91%. Para 2025 e 2026, a previsão foi mantida em 3,5%.

O centro da meta oficial para a **inflação** em 2023 é de 3,25% e para 2024, 2025 e 2026 é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Nos outros principais índices, o mercado melhorou a expectativa para o **PIB** (Produto Interno Bruto) de 2025 para 1,93%, um aumento de 0,03 ponto percentual em relação à semana passada. O crescimento econômico foi mantido em 2023 (2,89%), 2024 (1,5%) e 2026 (2%).

O dólar foi mantido em R\$ 5 neste ano, mas teve uma elevação na previsão para 2024 (de R\$ 5,05 para R\$ 5,08) e de 2025 (de R\$ 5,10 para R\$ 5,11).

Os economistas permaneceram com a mesma

expectativa para a taxa básica de juros , a Selic , em 2023 (11,75%), 2024 (9,25%), 2025 (8,75%) e 2026 (8,5%).

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/mercado-diminui-previsao-da-inflacao-deste-ano-apos-ipca-abaixo-do-esperado.shtml>

O que vem depois da Reforma Tributária?

O caminho para a implementação da **Reforma Tributária** ainda é longo. O texto aprovado, na última semana no Senado, ainda voltará para a Câmara. Esse será mais um teste para o novo sistema tributário brasileiro. O presidente da Casa, Arthur Lira falou na possibilidade fatiar a promulgação, o que significaria uma aprovação automática dos trechos coincidentes entre Câmara e Senado. A proposta, no entanto, pode ser deixada de lado, pois não agradou o Senado que viu isso acontecer na Reforma da Previdência, que deixou esquecido nas gavetas pontos propostos pelos senadores que não voltaram à pauta de debate dos deputados.

A Câmara, no entanto, não é a última etapa para a implementação da **Reforma Tributária**. A próxima etapa será a da aprovação de leis complementares.

Essa é uma etapa, muito, muito importante, pois são essas leis que vão definir a alíquota, os produtos que vão compor a cesta básica e se beneficiar da isenção e especificar dentro das exceções os limites, os critérios, como vai funcionar de fato. O imposto seletivo, que cria uma espécie de punição a produtos que podem ser prejudiciais à saúde, também vai ser alvo de lei complementar.

A equipe econômica, do ministro Fernando Haddad, considera essa etapa fundamental.

Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, em matéria do Valor, informa que será criado pela União um grupo de trabalho com integrantes de Estados e municípios para discutir as leis complementares.

Appy sugere que a primeira lei a ser aprovada seja do Comitê Gestor IBS. Isso porque será atribuição do comitê, entidade estritamente técnica, a operacionalização das regras definidas pelas leis complementares.

Mas ainda será preciso vencer às resistências em relação ao comitê. Governadores dos estados do Sul e do Sudeste se manifestaram contra a transformação do que era conselho federativo em comitê gestor como propôs o Senado, o que muitos especialistas elogiam.

Para os governadores, no entanto, ficou uma sensação de que houve uma perda de poder para o Congresso, já que o comitê deixa de ter competência de sugerir **legislação tributária**. Mas nada impede que os próprios governadores proponham. Dentro de

um diálogo democrático, essas divergências tendem a ser apaziguadas.

Há um comitê técnico para o Simples (**impostos** aplicáveis às micro e pequenas empresas), por exemplo, que ninguém nunca ouviu, justamente por não haver problema.

O fato é que ainda há muito chão pela frente até transformar a **Reforma Tributária** em realidade. Sem falar em todo o tempo da transição.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/coluna/2023/11/o-que-vem-depois-da-reforma-tributaria.ghtml>

Em mais um aceno para o Centrão, Lula escolhe ex-deputado do Republicanos como novo diretor da Codevasf

Aprovada pelo Congresso Nacional em agosto deste ano para abrigar o Republicanos, a criação da diretoria da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) voltada a Estratégias e Finanças já tem um escolhido: Gil Cutrim (MA), ex-deputado federal e próximo ao ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, seu correligionário.

A futura nomeação de Cutrim é mais um movimento de Lula (PT) para agradar ao Centrão e, conseqüentemente, garantir maior governabilidade. A pedido do Planalto, a criação da nova diretoria da Codevasf foi incluída na Medida Provisória do reajuste salarial dos servidores por meio de um jabuti, jargão usado para se referir a temas estranhos ao texto inicial de um projeto. Assim, o número de diretores foi alterado de três para quatro.

Eleito deputado em 2018, pelo PDT, Cutrim foi expulso da sigla no ano seguinte, por descumprir as orientações e fazer acenos ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Em 2021, filiou-se ao Republicanos.

Em 2022, Cutrim tentou a reeleição, mas obteve 53.675 votos e ficou na primeira suplência. Após ser derrotado nas urnas, declarou voto em Bolsonaro. "Hoje estou reafirmando para vocês que estou junto do presidente Bolsonaro. Com fé em Deus, o Brasil fará a escolha certa", disse na ocasião.

Antes de ir para Brasília, comandou a prefeitura da terceira maior cidade do Maranhão, São José de Ribamar. Neste período, assumiu a presidência da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, com o apoio do então governador e agora ministro da Justiça, Flávio Dino.

Atualmente, a Codevasf é presidida nacionalmente por Marcelo Moreira, engenheiro da Bahia ligado ao líder do União Brasil, deputado Elmar Nascimento (BA). O Republicanos já indicou uma das superintendências da Codevasf em Pernambuco.

Outras concessões

Controlada por afilhados político de líderes do

Centrão, a companhia é cobiçada por ter grande capilaridade, sobretudo no Norte e Nordeste do país: tem no momento 16 superintendências, com seus respectivos cargos, a maioria deles de indicação política. Além disso, é responsável por investimentos diretos para o cidadão que vão desde a doação de caixas d'água até pavimentação de estradas.

Para além da Codevasf, nos últimos meses, Lula demitiu Ana Moser, ex-ministra do Esporte, e Rita Serrano, ex-presidente da Caixa Econômica Federal, para acomodar aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) - André Fufuca e Carlos Vieira, respectivamente.

No Republicanos, de Cutrim, a maior investida do governo foi nomeação de Silvio Costa Filho. Como resultado, a sigla tem dado um maior aval às propostas econômicas do governo. Em votações caras como a taxa de super-ricos e a **Reforma Tributária**, esteve 90% com o Planalto.

O partido espera indicar o comando da Fundação Nacional da Saúde. Tradicionalmente controlado pelo Centrão, o órgão quase foi extinto este ano: Lula tentou redistribuir as funções para o Ministério das Cidades, de Jader Filho, mas o Congresso pressionou, e o governo recriou a fundação.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/11/13/em-mais-um-aceno-para-o-centrao-lula-escolhe-ex-deputado-do-republicanos-como-novo-diretor-da-codevasf.ghtml>

Tributária: Comparação internacional aponta maior benefício econômico quando há menos descontos e isenções

A multiplicação de exceções na reta final da aprovação da **Reforma Tributária** no Senado - o texto ainda depende de novo aval da Câmara para ser promulgado - não é uma particularidade do Brasil. Mais da metade (54%) dos 174 países que adotam algum tipo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) têm taxas reduzidas ou isenções para setores ou produtos, mostra um relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No entanto, a comparação indica que a simplificação tributária tem maior impacto positivo para a economia quando há menos exceções.

Especialistas ouvidos pelo GLOBO frisam que, apesar das brechas abertas no desenho original da reforma brasileira, o novo modelo ajudará a impulsionar o crescimento econômico, como aconteceu em outros países, conforme compilação feita pela LCA Consultores. No entanto, estudos sobre a experiência internacional com o IVA (que, no Brasil será o resultado da fusão de cinco **impostos** sobre o consumo) sugerem maiores benefícios para o ambiente de negócios nos países com menos setores privilegiados.

Reformas recentes como as da Índica (2017) e em países da União Europeia (2016) mostram que o IVA é o melhor modelo de taxa de bens e serviços, mas o impacto positivo pode ser reduzido por tratamentos diferenciados para setores e produtos específicos.

Segundo a consultora Melina Rocha, especialista em IVAs, estudos sobre o funcionamento desse tipo de imposto nas últimas décadas em diversos países confirmam que, quanto menos exceções, melhor para o crescimento econômico. Mas ela considera difícil dizer se as brechas introduzidas no Congresso deixarão o Brasil pior do que o padrão global:

- Diria que não está nem entre os piores nem entre os melhores.

Conforme Falilou Fall, economista sênior e chefe da equipe que analisa o Brasil na OCDE, pesquisas sugerem que exceções e taxas reduzidas não são o "caminho mais efetivo" para apoiar famílias de baixa

renda ou estimular setores econômicos, mas a "realidade é frequentemente mais complexa". E diz que não há um limite claro a partir do qual as exceções tiram os benefícios do IVA:

- Não há uma resposta única para definir se é apropriado introduzir exceções ou taxas reduzidas e, caso positivo, a quantos e quais bens e serviços.

Para cumprir o preceito de manter a arrecadação no mesmo nível de hoje, quanto mais alíquotas reduzidas e exceções, maior será a taxa padrão do IVA, cobrada sobre a maioria dos bens e serviços.

Com as mudanças feitas no Congresso, a soma do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) subnacional com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) federal poderá estreitar já no posto de taxa padrão mais elevada do mundo - acima de 27,5%, nas contas do Ministério da Fazenda, embora a calibragem final ainda dependa de um período de testes.

Isso pode tornar o IVA brasileiro um dos mais altos do mundo. Entre os países da OCDE, o campeão é a Hungria, com 27% (veja no gráfico acima).

Por outro lado, as alíquotas reduzidas não são as únicas culpadas pelo recorde negativo, diz Melina. São fruto também da já elevada carga tributária brasileira, na comparação com economias emergentes, e de sua composição - os **impostos** sobre consumo pesam mais.

A carga de **impostos** no Brasil foi de 33,9% do **PIB** em 2021, ante 34,1% na média dos países da OCDE, segundo artigo publicado em julho pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mas quase a metade (15,1%) está nos **tributos** sobre o consumo, contra menos de um terço (10,8%) nos países mais ricos, que tributam mais a renda.

Apesar das inúmeras exceções e da elevada taxa padrão, o efeito positivo da reforma virá de outras frentes, dizem especialistas ouvidos pelo GLOBO.

Fall, da OCDE, ressalta que o modelo proposto pela reforma brasileira reduzirá "significativamente" a

complexidade da tributação nacional. Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores, avalia que a proposta de reforma manteve a correção dos principais problemas atuais, como **impostos** em cascata e a cobrança na origem.

A cobrança cumulativa responde por boa parte das distorções atuais, lembra Borges. Sem abater todos os **impostos** pagos nos insumos que compram, as empresas - principalmente as com longas cadeias de suprimentos, na indústria - têm uma carga maior do que as alíquotas indicam.

Parte dessa carga vai para o preço final, parte reduz o ganho da empresa. O resultado são produtos mais caros e menos disposição para investir. O IVA facilitará o abatimento.

- O Brasil ganhará competitividade no mercado internacional, e o custo de investimento cairá. Hoje, quando se compra um caminhão, um maquinário ou um trator, esses produtos já têm alíquotas reduzidas ou até zeradas. Parece que não tem nenhum tributo neles, mas tem - diz Borges.

A Índia - citada como exemplo para o Brasil, dadas as semelhanças entre o atual emaranhado tributário nacional e o sistema que foi reformado por lá - também adotou exceções no IVA ao aprovar sua reforma. Com quatro tipos de IVA e cinco taxas, o modelo foi alvo de críticas.

Abrir brechas para exceções fez parte das negociações políticas para aprovar a reforma do Canadá - outro exemplo para o Brasil, por conta das semelhanças na organização federativa. As mudanças só foram aprovadas, em 1991, após técnicos cederem na adoção de taxa zero sobre bens considerados essenciais, como produtos de mercearia, conta Melina Rocha.

Para Romero Tavares, sócio da consultoria PwC nas áreas de política tributária e tributação internacional, a reforma da Índia transformou um sistema "péssimo" num ainda "ruim". Mesmo assim, os resultados foram positivos. Um estudo acadêmico de 2022, liderado pela economista Nikita Singhal, diretora da gestora americana Lazard, concluiu que o IVA teve "efeito positivo considerável".

Outro, liderado por Bibek Debroy, assessor do governo indiano, aponta que o IVA aumentou as transações comerciais entre as províncias locais de 55% do **PIB**, até 2018, para 70% hoje, aquecendo a economia.

- Tem um estudo que mostra um aumento de 3% no estoque de capital, que pode ter sido por causa da alocação mais eficiente de recursos, ou seja, essa

liquidez maior do sistema (tributário) se reverteu em mais investimento produtivo - afirma Tavares.

O período de transição na Índia também serve de lição da experiência para o Brasil. Por lá, a entrada em vigor das novas regras foi acelerada. Por aqui, a versão da reforma aprovada no Senado prevê uma transição gradual até 2033.

Segundo Tavares, os efeitos colaterais da mudança são inevitáveis, mas um "tratamento de choque", como na Índia, tende a ser pior, porque não dá tempo para empresas e investidores, já adaptados às distorções do atual sistema, se ajustarem.

Comparando com o Brasil, as modificações feitas pelo Congresso na reforma farão com que o novo sistema sobre o consumo fique "mediano", mas "muito melhor" do que o atual, que é "péssimo", como era o da Índia.

A edição de 2020 da pesquisa Doing Business, do Banco Mundial - em que pese o fato de ter sido descontinuada por problemas metodológicos - coloca o Brasil na posição 184 de uma lista de 190 países na categoria "pagamento de **tributos**".

Apenas um dos 38 países da OCDE não tributa o consumo com base em algum tipo de IVA: os EUA. Lá, reinam os **impostos** sobre vendas (sales tax, em inglês), com cada estado cobrando sua alíquota.

As taxas combinadas vão de 1,76% (no Alasca) a 9,55% (na Louisiana e no Tennessee), segundo a OCDE, que vê como um dos problemas do modelo o fato de o varejo ser responsável por repassar toda a arrecadação sobre o consumo aos governos.

O IVA é de 19%. São isentos apenas serviços de relevância social, como postais, de saúde, educacionais e filantrópicos. Só há uma alíquota reduzida, de 7%, para alimentos, saneamento, itens para pessoas com deficiência, jornais e livros.

A reforma de 2017 criou quatro IVAs (dois federais e dois provinciais), e cinco alíquotas. Na soma dos **impostos**, a taxa pode ser zero, 5%, 12%, 18% ou 28%. Para analistas, melhorou o caos tributário, mas o ideal seria uma simplificação maior.

A reforma cria dois IVAs (federal e estadual) com dezenas de exceções, entre isenções, cashback, alíquota reduzida em 60% e regimes especiais. Beneficiados vão de time de futebol a remédio, de educação à cesta básica.

Site:

[https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/11/13/tributaria-comparacao-internacional-aponta-maior-](https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/11/13/tributaria-comparacao-internacional-aponta-maior)

***beneficio-economico-quando-ha-menos-descontos-e-
isencoes.ghtml***

Geração de empregos pós-pandemia pode voltar à estaca zero se desoneração não for prorrogada

Brasília

|
Bruna Lima e Clarissa Lemgruber, do R7. em Brasília

A geração de empregos no Brasil no pós-pandemia de Covid pode voltar à estaca zero caso o projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento até 2027 não seja sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de maio - quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o fim da emergência de saúde pública de importância internacional - a setembro mostram a criação de quase 900 mil postos de trabalho com carteira assinada. Esse número corresponde ao total de empregos que as centrais sindicais avaliam perder sem a continuidade da concessão aos 17 setores da economia.

"Hoje, são 9 milhões de postos de trabalho nos 17 setores que mais empregam no país. Amanhã, esse número poderá ser reduzido para pouco mais de 8 milhões", analisa o manifesto conjunto das centrais sindicais direcionado a Lula. "Pedimos que mantenha esse compromisso com a classe trabalhadora sancionando o projeto", afirmam os signatários, que representam 40 milhões de trabalhadores.

Lula tem até 23 de novembro para sancionar ou vetar o projeto. Caso contrário, ele recebe a chamada sanção tácita e passa a valer automaticamente. A equipe do governo, contudo, já estudava vetos antes mesmo da aprovação no Congresso. O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse em 30 de outubro que o governo não tem compromisso com a sanção integral da desoneração. "Vai ser analisado pelos ministérios, sobretudo naquilo que fere pela inconstitucionalidade. Vai ter essa análise pelos ministérios", afirmou.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

Por isso, tanto trabalhadores quanto empresas pressionam pela sanção do projeto de lei. Quase 30 representações patronais assinaram em conjunto um ofício para pedir audiência com o presidente Lula a fim de expor "com maior profundidade os elementos que fundamentam a necessária sanção da medida".

"Trata-se de iniciativa crucial voltada a preservar empregos e solução oportuna enquanto não se aprova a desoneração linear para todos os setores, o que poderá ocorrer numa etapa futura da **reforma tributária**. Enquanto isso, o governo não pode permitir que se afaste esse modelo e que tenhamos efeitos desastrosos no desemprego e até no aumento da **inflação** e dos juros, o que acaba prejudicando a população em geral", diz o ofício enviado ao presidente.

No documento, os setores afirmam que a medida é fundamental para a preservação de segmentos que geram 9,24 milhões de empregos formais diretos, além de outros milhões de postos de trabalho nas redes de produção. A partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), os representantes observam um crescimento do número de empregos da ordem de 15,5% com a desoneração, enquanto os setores que tiveram a folha reonerada cresceram apenas 6,8% no mesmo período.

"Gostaríamos de apresentar-lhe esses e outros números, como o maior crescimento dos salários dos trabalhadores desses setores desonerados vis-à-vis aos demais", diz o ofício ao presidente da República.

Segundo dados da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom), a desoneração garantiu, em 2022, aumento de 19,5% na remuneração dos trabalhadores dos setores contemplados. Se a folha não tivesse sido desonerada, o salário médio desses segmentos seria de R\$ 2.033. Com a desoneração, a média salarial

desses trabalhadores subiu para R\$ 2.430.

Na avaliação do presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel, a demora na sanção prejudica o planejamento das companhias. "Estamos em novembro, e os planos para 2024 já estão sendo definidos. Sem saber o custo de um dos fatores mais importantes, que é o trabalho, ficamos com muita dificuldade de organizar os negócios. Então, isso enseja insegurança, que acarreta redução de investimentos, o que, por sua vez, significa perda ou não geração de postos formais de trabalho", explicou.

O projeto da desoneração foi aprovado pelo Congresso em 25 de outubro e, desde então, aguarda a sanção presidencial. Ele se estende a 17 setores da economia, entre eles construção civil, indústria têxtil e tecnologia da informação.

Pelo texto, a contribuição previdenciária patronal sobre a folha de salários continuará a ser substituída por uma alíquota sobre a receita bruta do empregador. A contribuição patronal é paga por empregadores para financiar a **seguridade social**.

Em vez de o empresário pagar 20% sobre a folha do funcionário, o tributo é calculado com a aplicação de um percentual sobre a receita bruta da empresa, que varia de 1% a 4,5%, conforme o setor.

A contribuição não deixa de ser feita, apenas passa a se adequar ao nível real da atividade produtiva do empreendimento. Assim, as empresas que faturam mais contribuem mais. Com isso, é possível contratar mais empregados sem gerar aumento de **impostos**.

Confecção e vestuário

Calçados

Construção civil

Call centers

Comunicação

Construção e obras de infraestrutura

Couro

Fabricação de veículos e carroçarias

Máquinas e equipamentos

Proteína animal

Têxtil

Tecnologia da informação (TI)

Tecnologia da informação e comunicação (TIC)

Projeto de circuitos integrados

Transporte metroferroviário de passageiros

Transporte rodoviário coletivo

Transporte rodoviário de cargas

Empregos e salários

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/geracao-de-empregos-pos-pandemia-pode-voltar-a-estaca-zero-se-desoneracao-nao-for-prorrogada-10112023>

Setor de proteína animal prevê alimentos mais caros se prorrogação da desoneração não for sancionada

Brasília

/
Bruna Lima, do R7, em Brasília

O preço de ovos e de carnes de frango e porco vai aumentar nas prateleiras dos supermercados caso o projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento não seja sancionado. Essa é a avaliação da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), que representa um dos 17 setores atendidos pela medida. Empresas e trabalhadores pressionam pela sanção do texto, sob risco de perda de cerca de 1 milhão de empregos .

Segundo o presidente da ABPA, Ricardo Santin, o setor de alimentos de frangos, suínos e ovos é responsável por empregar mais de 4 milhões de pessoas direta e indiretamente, além de ter 500 mil trabalhadores em chão de fábrica, local onde ficam os funcionários que atuam na produção industrial.

"Se a desoneração não for mantida, como já existe há mais de dez anos, terá impacto direto na cadeia toda e, por consequência, no preço final dos produtos nas gôndolas do supermercado", alega. Santin explica que, como o atual modelo de contribuição previdenciária leva em conta a receita bruta do empregador, é possível garantir fluxo de caixa e competitividade dos produtos exportados, já que o imposto não incide sobre eles.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

Tanto empresas quanto trabalhadores pressionam pela sanção do texto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem até 23 de novembro para decidir o projeto . "A gente espera que o presidente da

República sancione o projeto o mais rápido possível para que as empresas e os próprios colaboradores possam ter segurança. Não sancionar um projeto desses significa reonerar os setores mais empregadores e, como consequência, a perda de empregos", diz Santin.

Juntos, os 17 setores desonerados geram cerca de 9 milhões de empregos formais. Foram 800 mil empregos a mais do que os segmentos que foram reonerados durante o governo do ex-presidente Michel **Temer** (MDB). Os dados foram levantados a partir do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de 2018 a 2022. Eles são usados como elemento de pressão para reivindicar a sanção do projeto que prorroga a medida fiscal até 2027.

Segundo dados da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom), a iniciativa garantiu, em 2022, aumento de 19,5% na remuneração dos trabalhadores desses setores. Se a folha não tivesse sido desonerada, o salário médio desses segmentos seria de R\$ 2.033. Com a desoneração, a média salarial desses trabalhadores subiu para R\$ 2.430.

Quase 30 representações patronais assinaram em conjunto um ofício para pedir audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a fim de expor "com maior profundidade os elementos que fundamentam a necessária sanção da medida". Elas afirmam que a medida é fundamental para a preservação de setores que geram 9,24 milhões de empregos formais diretos no Brasil, além de outros milhões de postos de trabalho nas redes de produção.

"Trata-se de iniciativa crucial voltada a preservar empregos e solução oportuna enquanto não se aprova a desoneração linear para todos os setores, o que poderá ocorrer numa etapa futura da **reforma tributária**. Enquanto isso, o governo não pode permitir que se afaste esse modelo e que tenhamos efeitos desastrosos no desemprego e até no aumento da **inflação** e dos juros, o que acaba prejudicando a população em geral", diz o ofício enviado ao presidente.

"Hoje, são 9 milhões de postos de trabalho nos 17 setores que mais empregam no país. Amanhã esse número poderá ser reduzido para pouco mais de 8 milhões", analisa outro manifesto, das centrais sindicais, também direcionado a Lula. "Pedimos que mantenha esse compromisso com a classe trabalhadora sancionando o projeto", afirmam os signatários, que representam 40 milhões de trabalhadores.

Leia mais: Veto presidencial à desoneração da folha não teria explicação jurídica, dizem especialistas

O projeto da desoneração foi aprovado pelo Congresso em 25 de outubro e, desde então, aguarda sanção presidencial. A medida se estende a 17 setores da economia, entre eles construção civil, indústria têxtil, call centers e tecnologia da informação. A desoneração está em vigor, mas tem validade até 31 de dezembro deste ano.

Pelo projeto, a contribuição previdenciária patronal sobre a folha de salários é substituída por uma contribuição incidente sobre a receita bruta do empregador. A contribuição patronal é paga por empregadores para financiar a **seguridade social**.

Em vez de o empresário pagar 20% sobre a folha dos funcionários, o tributo pode ser calculado com a aplicação de um percentual sobre a receita bruta da empresa, que varia de 1% a 4,5%, conforme o setor.

A contribuição não deixa de ser feita, apenas passa a se adequar ao nível real da atividade produtiva do empreendimento. Em outras palavras, as empresas que faturam mais contribuem mais. Com isso, é possível contratar mais empregados sem gerar aumento de **impostos**.

Confecção e vestuário

Calçados

Construção civil

Call centers

Comunicação

Construção e obras de infraestrutura

Couro

Fabricação de veículos e carroçarias

Máquinas e equipamentos

Proteína animal

Têxtil

Tecnologia da informação (TI)

Tecnologia da informação e comunicação (TIC)

Projeto de circuitos integrados

Transporte metroferroviário de passageiros

Transporte rodoviário coletivo

Transporte rodoviário de cargas

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/sector-de-proteina-animal-preve-alimentos-mais-caros-se-prorroga-co-da-desoneracao-nao-for-sancionada-11112023>

Reforma tributária brasileira poderá deixar setor de serviços mais caro

Redação Perfil Brasil

Aprovada no Senado na última semana, e com o texto pendente de nova apreciação na Câmara dos Deputados, a **reforma tributária** poderá encarecer os serviços em geral. Isso porque o setor, sem cadeia produtiva longa, se beneficiará menos de créditos tributários, uma forma, segundo o governo, de compensar a cobrança de **impostos**.

Além disso, a tributação será aplicada com uma alíquota de IVA dual, estimada em 25%, mais alta que os atuais 9,25% do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) cobrado sobre empresas com lucro presumido, situação que engloba a maioria das empresas prestadoras de serviço.

Alguns tipos de serviço, no entanto, terão alíquota diminuída em 60%. O Senado incluiu na lista os segmentos de comunicação institucional e de eventos. Serviços prestados por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) sem fins lucrativos serão isentos. Os serviços de transporte coletivo intermunicipal e interestadual migraram da alíquota reduzida para regime específico.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/reforma-tributaria-brasileira-podera-deixar-setor-de-servicos-mais-car0,05fc215fef675708949886b09a9c3d54t9rtwbtn.html>

Reforma tributária é tiro no escuro

Felipe Salto **Colunista do UOL** 13/11/2023 08h02

Tenho muitas críticas à **reforma tributária** tal como apresentada. A proposta é fruto do trabalho de Bernard Appy, que é um economista respeitado e com espírito público, estudioso dos temas fiscais e tributários. A chamada PEC nº 45, a meu ver, peca por ser abrangente e ambiciosa. Ao mesmo tempo, fere os princípios constitucionais que fundamentam o federalismo.

A Câmara dos Deputados recebe, agora, o texto aprovado no Senado Federal, com suas alterações. Mas há ainda a possibilidade de que se promulguem os dispositivos não alterados de modo apartado. É o chamado fatiamento. Uma péssima ideia, diga-se de passagem.

A reforma preconiza acabar com o PIS, a COFINS e o IPI (federais) e com o ICMS e o ISS (estadual e municipal, respectivamente). Em seu lugar, o famigerado IVA dual, um imposto para incidir sobre o valor agregado de todas as operações com bens e serviços. Dual, porque se divide em CBS (federal) e IBS (subnacional). No primeiro caso, a transição se daria até 2027. No segundo, do IBS, começaria apenas em 2029. E esta é minha primeira crítica, para não mencionar a criação do Imposto Seletivo (IS) e da CIDE-Importações. Outras duas sandices, que poderei comentar oportunamente neste espaço.

O IBS, que figuraria até 2028 com uma alíquota de 0,1%, a fim de arrecadar recursos adicionais para financiar o seu Comitê Gestor, passaria a substituir o ICMS e o ISS, a partir de 2029, por meio de reduções de 10% ao ano nas alíquotas desses dois **tributos**. Isto é, em dezembro de 2032, as alíquotas do ICMS, por exemplo, ainda figurariam em 60% das atuais. A promessa é que, em 2033, não existam mais o ICMS e o ISS, sendo o IBS concentrado totalmente no destino das operações com bens e serviços.

A palavra destino pode confundir. Mas não é difícil de entender. Hoje, o ICMS é recolhido majoritariamente na origem das operações. Quando se vende uma mercadoria de um estado para outro, recolhe-se o imposto na origem, por meio da chamada alíquota interestadual. A diferença entre essa alíquota e a que vigora no estado de destino (a interna) enseja oferta de créditos, um dos combustíveis mais sórdidos da guerra fiscal.

A alíquota interestadual também é utilizada para

conceder crédito na saída dos produtos. Exemplo, uma grande montadora se instala em um estado que tem alíquota interestadual mais alta, porque o governador ou governadora daquele estado decide conceder um crédito outorgado de 95%, isto é, o contribuinte recolhe só 5% da alíquota. Com isso, fabrica uma montanha de créditos podres, estimulando a má alocação de recursos econômicos entre as diferentes regiões.

Quando se promete a migração para o destino, isso soa como música para os ouvidos de todos que produzem no Brasil e conhecem as agruras do sistema atual. Mas, se ela não vai ocorrer por uma década e pode morrer na praia, na véspera de 2033, que vantagem há nisso? Digo que pode morrer na praia, porque uma transição cujo ponto final é 60%, como expliquei, é convidativa à proposta de extensão de prazo. O filme é conhecido. Lá me 2031 ou 2032, alguém proporá a prorrogação e uma nova PEC será aprovada. Não precisa ter bola de cristal. Basta ler um pouco sobre a história econômica do Brasil.

É assim que a guerra fiscal entre os estados não vai terminar, mas será estimulada. Não apenas porque o ICMS remanescerá, com todos os seus problemas, até 2032, como porque os benefícios fiscais estão sendo blindados no período todo. Diz-se que a Lei Complementar nº 160, de 2017, impediria o encerramento dos benefícios. Ora, está-se alterando a Constituição, que é superior. Não para de pé esse argumento. Pior, criam-se dois fundos com uma fábula de recursos da União para estimular ainda mais a guerra.

O Fundo de Compensação dos Incentivos do ICMS começará a receber R\$ 8 bilhões de aportes, que vão crescendo ao longo dos anos, já em 2025. Cabe questionar: se a transição se inicia em 2029, por que vamos torrar todo esse dinheiro já a partir de 2025?

Não bastasse isso, há ainda o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, cujo nome remete ao guarnecimento de iniciativas para promover investimentos e desenvolvimento integrado. Será? Combinado com o fundo de incentivos e, depois, vigorando de modo solteiro, ele vai angariar R\$ 60 bilhões por ano de recursos públicos. De onde eles virão? Igualmente importante: para onde irão?

Na minha conta, será preciso uma alíquota adicional de 1,5%, além dos 33,5%, nas contas que fiz para nossos clientes na Warren Investimentos, se for pago

com o IVA dual. A saber, o Senado inseriu no texto uma espécie de trava para a carga tributária. Eu costumo dizer que é um sistema com duas equações e cinquenta incógnitas. Aprendemos, na matemática básica do colégio, que não tem como solucionar. Se o ajuste não se der por meio de carga, terá de ocorrer com mais e mais aumento da dívida pública.

Se o Erário vai bancar tudo isso, por que não trazer a transição para mais perto, encerrando-a mais rapidamente? Os benefícios fiscais do ICMS serão mantidos e somados a essa montanha de recursos dos fundos, que vão se transformar em mais subsídios concedidos pelos estados. A guerra vai ser mantida e ampliada. É o que posso prever do texto sobre a mesa. Perde-se a oportunidade de efetivação de uma **reforma tributária** digna desse nome.

O Comitê Gestor é um capítulo à parte, vale dizer, no rol de problemas da PEC nº 45. Ele será comandado politicamente, terá funções de arrecadação, fiscalização, controle, partilha de recursos entre os entes federados, devolução de créditos tributários para contribuintes e resolução de conflitos com o Fisco. Acaba-se, literalmente, com a federação. Ou é possível comandar algum estado ou município sem ter o controle das próprias finanças?

Tudo vai se resumir a um guichê de negociação em Brasília. Falava-se que o Comitê Gestor seria um mero algoritmo. Nunca vi algoritmo que vai precisar ter procuradores de estado, auditores fiscais, técnicos de toda sorte, orçamento e tudo mais. Mais grave é que não se sabe ao certo como funcionará. Este e outros tantos temas estão ficando para regulamentação por leis complementares. Um risco altíssimo, que vai se materializar assim que a nova Emenda Constitucional for promulgada.

Melhor seria um caminho como o proposto pelo grande Clóvis Panzarini, lá em 1987 e 1988, com a transformação do ISS em um imposto sobre vendas e alíquota baixa, ampliando-se o ICM para ICMS, por meio da incorporação dos serviços. A gestão seria estadual, evitaríamos toda sorte de questionamentos jurídicos, evoluiríamos a partir do duro aprendizado das últimas décadas. Era algo assim que eu propunha no ano passado, quando o próprio Bernard Appy me visitou, na Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo, para apresentar a versão daquele momento para a PEC nº 45.

Infelizmente, caminhamos para piorar o sistema tributário do consumo, que já é muito ruim. Estamos jogando pela janela a oportunidade de aprimorá-lo. Medidas incrementais, nessa matéria, têm chance muito maior de sucesso. Ao promover uma reviravolta no capítulo tributário da Constituição, saltamos fundo

no escuro. As negociações e concessões que foram feitas no texto materializam-se também nas exceções à alíquota geral (e são múltiplas), sobretudo quando consideramos que ainda virá uma lei complementar para pormenorizá-las.

É um equívoco comparar o texto da PEC, nesse aspecto, ao RICMS - Regulamento do ICMS - mantido hoje em cada estado. Vamos ter de comparar, isto sim, as leis, decretos, regulamentos e portarias, quando existirem, do IBS e da CBS, aos atuais normativos. Esta seria a correta comparação. O resto é fruto de bateção de bumbo pura.

Tudo indica que a matéria caminha para ser aprovada, caro leitor. Então, de duas, uma: ou vamos revisar o tema muito antes do que o imaginado ou vamos testar a reforma, por alguns anos, para concluir que será preciso reformar o novo monstrengo tributário em pouquíssimo tempo.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/felipe-salto/2023/11/13/reforma-tributaria-e-tiro-no-escuro.htm>

Senado adota 'modelo centrão' da Câmara para pressionar governo Lula

Gabriela Vinhal e Carolina Nogueira Do UOL e
colaboração para o UOL, em Brasília 13/11/2023
04h00 Atualizada em 13/11/2023 04h00

Senadores aliados adotam o "modelo centrão" da Câmara para pressionar o governo Lula a negociar emendas e mais espaço na Esplanada. Na mira, estão as votações do Orçamento de 2024, da taxação das offshores e da regulamentação de apostas esportivas.

Senadores do centrão reclamam da falta de pagamento de emendas parlamentares. O grupo diz ainda que o Planalto tem dado pouca atenção se comparada com a relação com os deputados federais.

A recente **reforma ministerial**, que ampliou o espaço do Republicanos e do PP na Esplanada, também contribui para o mal-estar. Alguns senadores de partidos da base reivindicam indicações a cargos do alto escalão.

Bastidores, opinião e análise dos fatos mais relevantes da política, na palma da sua mão. Baixe o app UOL

Houve ainda o encontro do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), com líderes da Câmara nesta semana. Ele se reuniu com deputados no mesmo dia em que o Senado votaria a proposta de **reforma tributária**.

A ausência de Haddad foi criticada por senadores durante a discussão do texto. O projeto foi aprovado por 53 votos -apenas quatro a mais do que o mínimo necessário. O governo precisou ainda negociar com a oposição para evitar que novas derrotas ocorressem durante a sessão.

O primeiro semestre da gestão Lula foi marcado por queixas do centrão da Câmara à articulação política. Foram recorrentes os episódios de reclamação pública sobre o pagamento de emendas e indicações a órgãos públicos que não eram efetivadas.

Como estratégia de barganha, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), segurou ao máximo votações importantes para o governo para conseguir negociar interesses do grupo. O Executivo era avisado sobre uma possível derrota, então abria caminho para uma negociação.

O UOL conversou reservadamente com senadores do centrão que afirmaram que o "modelo centrão" de cobrança da Câmara surtiu efeito. Estão na lista as três indicações das bancadas a ministérios e a recente troca na presidência da Caixa Econômica Federal.

Inclusive, a votação do projeto das offshores só foi destravada após o governo colocar Carlos Antônio Vieira na presidência da Caixa. O nome veio de Lira.

Já a votação das apostas esportivas aconteceu na Câmara logo depois de o Planalto entregar o Ministério do Esporte para André Fufuca (PP-MA) e o de Portos e Aeroportos para Silvio Costa Filho (Republicanos-PE).

A ideia é que os senadores sigam o mesmo roteiro e pressionem o governo para dar andamento às "promessas" na reta final do calendário legislativo.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), avisou a aliados que quer avançar ainda neste ano com as propostas de taxação das offshores e de regulamentação das chamadas bets, as apostas esportivas.

O governo Lula então terá que negociar para conseguir votos. Há um fator, no entanto, que ajuda o Planalto: todas as propostas precisam apenas de maioria simples entre os 81 senadores -bem mais fácil do que foi a **reforma tributária**, que, por ser uma PEC (proposta de emenda à Constituição), demandava ao menos 49 votos em turnos para ser aprovada.

Site: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/11/13/senado-adota-modelo-centrao-da-camara-para-pressionar-governo-lula.htm>

O Brasil perdeu a chance de criar o melhor IVA do mundo (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Há uma grande diferença entre a excelente PEC 45/19, apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MBD-SP) e o texto aprovado pelo Senado, que cria o Imposto Sobre Valor Adicionado (IVA) para a tributação do consumo no Brasil. Desnecessariamente, nosso IVA foi desdobrado em dois **tributos**: um federal, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), e outro estadual/municipal, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Mas isso é um mal menor. Os maiores problemas estão nas vitórias conquistadas por segmentos da sociedade, geralmente os que já gozam de privilégios fiscais e são os mais ricos.

Antes das críticas, faço uma ressalva. É improcedente a reclamação de que o grande problema do nosso IVA é que se sua alíquota chegar a 27,5%, tornando-se a mais alta do mundo, haverá aumento da tributação sobre a produção e o consumo.

Esse porcentual - que, por ora, é mera estimativa -, se refere à alíquota calculada "por fora", ou seja, sobre o valor do bem ou serviço antes do tributo. No Brasil, atualmente, a alíquota é calculada "por dentro", ou seja, o porcentual que o imposto representa sobre o preço final de venda. Se fosse expressa pelo critério atual, a alíquota de 27,5% corresponderia a 21,6%, o que, provavelmente, é inferior à soma das alíquotas atuais dos **impostos** que serão extintos.

Argumenta-se que o IVA da União Europeia também possui muitas exceções e isenções.

Ocorre que este não é um bom exemplo. As principais diretrizes para a harmonização do tributo entre os vários países membros são de 2006, e tiveram que absorver muitas distorções existentes, já que lidavam com leis de nações soberanas.

E as alterações são frequentes.

A última ocorreu em 2023.

Aqui, poderíamos fazer bem melhor, mediante nosso

sistema de legislação única nacional e cobrança unificada. Mas aí entraram em ação os grupos com maior poder de pressão em Brasília.

A quantidade de exceções, isenções, alíquotas zero ou reduzidas e regimes especiais que dependerão de complexas leis complementares que os regulamentem é enorme, e deixa muitas dúvidas em aberto, que impedem uma avaliação acurada da qualidade da reforma. Dada a limitação de espaço, citarei apenas poucos exemplos.

Mesmo com a dificuldade de se calcular o impacto setorial do novo IVA, é certo que o grande ganhador foi o setor agropecuário, que já paga muito menos **tributos** no Brasil do que os demais.

Não se justifica o tratamento favorecido para educação e saúde privada, assim como a alíquota reduzida para profissionais liberais, pois não são serviços prestados a pobres. Além disso, muitos desses profissionais estão no meio da cadeia produtiva, e o seu IVA gerará crédito integral para seus clientes.

É possível que o novo IVA represente uma melhora em relação ao sistema atual. Mas, dependendo das regulamentações, pode se transformar em uma vitória de Pirro. Que pena, poderia ter sido bem melhor.

Claudio Adilson Gonzalez, Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Desinflação tem mais consistência do que aparenta, dizem analistas

Anais Fernandes e Victor Rezende

O discurso compartilhado entre bancos centrais pelo mundo de que a desinflação, após o choque da pandemia, acontece em dois estágios - um primeiro, que ocorreu de forma mais rápida, e um segundo, que tem sido muito mais difícil - não parece se aplicar exatamente ao Brasil, apontam economistas do Bradesco. Com métricas variadas, outros analistas também indicam que o processo de desinflação no Brasil é consistente.

O IPCA encerrou 2022 em 5,8% e, em 12 meses até outubro, estava em 4,8%, o que pode dar a impressão de que a desinflação entre os anos não tem sido significativa, diz o economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato Barbosa. Em um exercício, porém, ele e a economista Ana Beatriz Moreira dos Santos estimaram qual teria sido a trajetória da **inflação** brasileira sem os efeitos tributários excepcionais de 2022 e seu rebote em 2023.

Eles observaram que, nesse caso, a **inflação** sairia de 8,5% em 2022 para 4,04% em 12 meses até outubro, em uma trajetória mais consistente e contínua de declínio. "Parece que a desinflação foi pequena do ano passado para cá, mas ela foi grande", diz Honorato.

Os números, explica Santos, consideram apenas os efeitos primários das medidas tributárias adotadas - elas ainda podem ter gerado impactos secundários.

Em julho, agosto e setembro do ano passado, o IPCA mensal registrou deflação, após o governo introduzir medidas de redução de **impostos** para combustíveis, energia e telecomunicações, lembra Santos. E, antes mesmo, ela recorda, houve redução do IPI, imposto sobre produtos industrializados.

"Teríamos uma **inflação** significativamente mais alta no ano passado sem as medidas tributárias", diz a economista. Honorato observa que havia contexto para algumas dessas decisões, como a alta importante dos preços do petróleo no mercado internacional.

Com as medidas, o IPCA acumulado em 12 meses passou de 11,9% em junho de 2022 para 7,2% em setembro do mesmo ano e seguiu desacelerando até junho deste ano, quando chegou a 3,2%. A partir de então, conforme os meses de deflação de 2022 foram

saindo da conta acumulada, o IPCA em 12 meses voltou a subir, chegando a 5,2% em setembro. "Além disso, neste ano, tivemos reversão parcial [do corte de **impostos** federais] e os Estados fizeram recomposição gradual do ICMS", diz Santos.

A impressão que pode dar, segundo Honorato, é que o IPCA está caindo mais devagar do que na prática está. "Tem uma discussão no mundo todo que é a desinflação em duas etapas: a desinflação de bens e pouca ou nenhuma nos serviços. Isso faz os bancos centrais falarem que o estágio mais fácil já foi e agora é o mais difícil", afirma.

"No Brasil, essa discussão não parece tão presente como em outros países", diz Honorato, a partir do exercício realizado. "É um reforço de que a política monetária está funcionando quando a gente "limpa" a volatilidade dos dados, tanto no que é mais global, quanto nos itens mais sensíveis ao ciclo."

Medidas de núcleo, que tentam suavizar o efeito de itens voláteis, contam história parecida, reforça o economista-chefe do Bradesco.

O economista-chefe da Novus Capital, Tomás Goulart, diz olhar para o comportamento médio dos núcleos mensais ao longo do tempo. "Isso me diz como é sazonalmente. Essa análise já nos mostra que, no mês a mês, alguns núcleos

estão rodando abaixo do que seria condizente com o objetivo de 3%", diz, em referência ao centro da meta de **inflação** a partir de 2024. Para este ano, a meta é de 3,25%.

Por outra métrica, a média móvel trimestral, anualizada e com ajuste sazonal, Goulart diz que "diversos núcleos estão se mostrando abaixo de 3,25%, 3%, e mesmo serviços estão voltando para perto de 3,25%". Essa medida é uma forma de suavizar movimentos mensais, mas ainda captar a tendência "na ponta" de modo mais dinâmico do que a variação em 12 meses.

Ainda assim, alguns núcleos podem acabar sujeitos a certa volatilidade, observa o economista-chefe da Constância Investimentos, Alexandre Lohmann. O núcleo IPCA-EX0, por exemplo, que exclui alimentos e preços administrados, inclui passagens aéreas - e só

em outubro, elas subiram quase 24%.

8§ion=1

Por isso, Lohmann construiu uma medida de núcleo que simula técnica adotada, por exemplo, pelo Banco Central Europeu (BCE), chamada "análise de componente principal". Em vez de excluir "arbitrariamente" alguns itens, como fazem medidas de núcleo tradicionais, Lohmann considera todos os mais de 300 produtos do IPCA, isola o componente de **inflação** comum a todos e chega a um núcleo único. "Eu reduzo 300 variáveis a uma que pegue exatamente a tendência de todos os preços, eliminando ruídos e sazonalidade."

Por essa medida, a média móvel anualizada e dessazonalizada de outubro deste ano está em 2,3%; a média dos núcleos está em 3%. "Mostra que o cenário local é muito bom", diz Lohmann, indicando que o BC pode cortar a Selic para além do que o mercado precifica.

No **comunicado** do último Comitê de Política Monetária (Copom), chamou a atenção de economistas o BC ter destacado apenas que as medidas de **inflação** subjacente seguem acima do intervalo compatível com a meta. Na

ata, ele reconheceu que, apesar disso, indicadores que agregam os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária apresentaram menor **inflação**.

"É super genuína a discussão de que ainda estão acima do centro da meta. Se é isso que chamamos de dificuldade, ainda tem espaço grande para ceder. Mas, até este momento, não dá para dizer que a desinflação parou", diz Honorato.

O exercício do Bradesco reafirma o cenário, para o BC, de continuar com os cortes de juros, indica Honorato. Ele reconhece que sua projeção de Selic a 9,25% no fim do ciclo é desafiada pelo ambiente global. "Mas a **inflação** vai acelerar? Não parece. Isso dá certo conforto para dizer que uma Selic na casa de 9% é viável", afirma.

"A cara da **inflação** hoje é de uma **inflação** que foi reconquistada. A grande discussão é sobre daqui para frente", diz Goulart, que mantém uma perspectiva benigna para o IPCA em 2024, de 3,2%.

"Impressão é que IPCA está caindo mais devagar do que na prática"

Fernando Honorato

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187712?page=1>

Com mudança de regra, Orçamento pode ter folga de até R\$ 56 bi em 2026

Marta Watanabe

Mudanças nas regras de um grupo de despesas da União que atualmente estão vinculadas às receitas poderiam gerar um espaço intraorçamentário de até R\$ 27,1 bilhões em 2025 e de até R\$ 56,4 bilhões em 2026. Trata-se de despesas com saúde, educação, Fundeb, Fundo Constitucional do Distrito Federal e emendas parlamentares obrigatórias.

Se uma mudança somente na regra dos gastos com saúde tivesse sido encaminhada neste ano, o gasto nessa área poderia ser R\$ 39,2 bilhões menor do que o já proposto para 2024. O valor que se teria em folga intraorçamentária é muito próximo ao do contingenciamento que se discute para o Orçamento do ano que vem, caso o governo mantenha a meta atual de déficit primário zero para 2024.

Os cálculos são do economista Bráulio Borges, consultor da LCA e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Com base em uma análise contra factual, o economista mostra que o crescimento das despesas vinculadas às receitas é um desafio à consolidação fiscal esperada no âmbito do novo arcabouço fiscal. "Para cumprir as metas é preciso elevar a carga tributária e as vinculações fazem com que isso automaticamente gere aumento de algumas despesas, o que tira potência em termos de melhoria do resultado primário, com desafios já em 2024."

Borges lembra que as metas de resultado primário estabelecidas até 2026 são "arrojadas": resultado primário zero em 2024 e superávit de 0,5% e de 1% do PIB em 2025 e 2026, respectivamente, sempre com banda de tolerância de 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo. Para o cumprimento de déficit zero em 2024, lembra, o governo apontou na Proposta de Lei Orçamentária Anual (Ploa) que a arrecadação bruta da União teria que ser reforçada em R\$ 169 bilhões, o que resultaria em R\$ 125 bilhões em receitas ao governo federal, já líquidos dos repasses a Estados e municípios.

Manoel Pires, pesquisador do Ibre, estima de forma bastante preliminar que, considerando os aumentos automáticos de gastos vinculados às receitas, cerca de 20% a 25% da alta de **impostos** deve ser perdida na partida em termos de melhoria do resultado

primário.

Borges lembra que há ainda grande incerteza sobre a aprovação das medidas necessárias para a geração da receita adicional que consta da proposta orçamentária. E ainda que aprovadas, há dúvidas sobre sua potência arrecadatória. O relatório semestral da Secretaria do Tesouro Nacional publicado em julho, destaca Borges, aponta que mesmo obtendo cerca de 2,5% do PIB a mais em receitas até 2026, ante a projeção feita ao fim de 2022 para 2023, o governo federal ainda será obrigado a contingenciar despesas nos inícios de 2024, 2025 e 2026, em montantes em tomo de R\$ 57 bilhões, R\$ 64 bilhões e R\$ 76 bilhões.

O bloqueio efetivo de despesas pode ser menor, aponta, considerando o chamado empoçamento de gastos, cuja média anual tem sido em torno de R\$ 22 bilhões. "Mesmo assim os níveis de contingenciamento são bastante elevados, e recairiam, naturalmente, sobre os investimentos públicos, ameaçando a execução de uma das principais bandeiras de campanha do novo governo, o PAC."

O novo arcabouço fiscal, lembra Borges, criou uma regra de variação de despesas, mas nem todos os gastos crescem em linha com isso. O estudo do economista focou em um grupo crescente de despesas com valor mínimo estabelecido conforme a receita. Esses gastos, diz, exercem grande pressão intraorçamentária já no próximo ano. O estudo considerou um grupo de cinco despesas vinculadas à receita e que na Ploa de 2024 correspondem a cerca de R\$ 500 bilhões, pouco acima de 23% do limite de gastos estabelecidos pela nova regra fiscal. Duas das despesas (saúde e de educação) voltaram a ter valor mínimo constitucional indexado à receita quando a regra do teto de gastos foi extinta.

Na Ploa de 2024, o gasto orçado para educação é de R\$ 147,4 bilhões, bem acima dos R\$ 108,4 bilhões correspondentes ao mínimo constitucional obrigatório que voltou a valer. Considerando para todos os cinco itens somente os gastos mínimos vinculados às receitas, a despesa na Ploa de 2024 é de R\$ 437,7 bilhões, cerca de 20% do limite de despesas.

Dentro do grupo de cinco despesas, a com maior impacto com a indexação às receitas é a da saúde,

destaca Borges. Com a volta do mínimo constitucional, o gasto na área deve obedecer a um piso obrigatório de 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano corrente.

Borges lembra que na maior parte do passado recente, de 2000 a 2015, o piso das despesas da União na saúde foi corrigido pelo **PIB** nominal, após reajuste inicial de 5% calculados sobre o valor empenhado em 1999. Em 2016 a despesa de saúde ficou com gasto mínimo vinculado a um percentual da RCL, conforme a Emenda Constitucional 86/2015.

Essa regra, porém, valeu apenas para 2016. Com a aprovação do teto de gastos, a despesa de saúde ficou sujeita à nova regra a partir de 2017. Por isso, destaca Borges, quando a regra do teto de gastos foi extinta, no ano passado, foi restabelecida uma regra de vinculação que, considerando o período desde 2000, não foi o "status quo".

A educação também volta a ser atrelada à receita, mas em uma base diferente. As despesas com as ações para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) seguem mínimo constitucional de 18% da Receita Líquida de **Impostos** (RLI) do ano corrente. O terceiro gasto do grupo é o do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que desde 2003 corresponde a R\$ 2,9 bilhões corrigidos pela variação da RCL da União. Em 2023, o valor é de R\$ 23 bilhões.

O quarto é relativo ao novo Fundeb, aprovado em 2020. O programa prevê que a complementação da União chegará em 2026 a 23% do total das receitas dos entes subnacionais. Borges explica que essas receitas incluem também recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Esse fundo é composto por parcela de **impostos** federais. Dessa forma, o Fundeb também é despesa vinculada às receitas da União. Uma parcela de 30% da complementação ao Fundeb realizada pela União, lembra, é contabilizada para o cálculo do gasto mínimo constitucional com ações de educação.

Novidade entre as despesas vinculadas às receitas, as emendas parlamentares obrigatórias deixam de ser corrigidas pela **inflação**. Com a aprovação do novo arcabouço fiscal, as emendas individuais e emendas de bancada passam a corresponder, respectiva-

mente, a 2% e a 1% da RCL do ano anterior. Como a nova regra começa a valer em 2024, somente a partir de 2025 as emendas podem ser corrigidas pelo percentual da RCL do ano anterior. Para 2024, a correção pela **inflação** foi mantida, diz Borges. "O aumento que vimos orçado para 2024 nas emendas parlamentares foi basicamente uma escolha do governo de tentar alocar mais nas emendas

impositivas uma parte do que ficou conhecido como orçamento secreto."

Caso sigam as regras atuais estabelecidas de vinculação a receitas, o grupo das cinco despesas analisadas por Borges devem chegar a total de R\$ 485,5 bilhões em 2025 e de R\$ 536,4 bilhões em 2026, considerando todos os gastos no piso mínimo obrigatório e com a premissa de que o governo realizará o aumento de receitas necessário ao cumprimento do centro da meta.

Em um exercício contrafactual, Borges estimou o comportamento do mesmo grupo das cinco despesas caso fossem vinculadas ao **PIB** nominal do ano corrente de 2025 em diante, à semelhança da correção do piso para a saúde de 2000 a 2015. Nesse cenário, a despesa com os cinco itens seria de R\$ 464,3 bilhões em 2025 e de R\$ 492,5 bilhões em 2026. Ou seja, seria aberto espaço intraorçamentário de R\$ 21,1 bilhões e de R\$ 43,9 bilhões, respectivamente.

Num outro cenário, Borges estimou que as despesas cresceriam pela população e pelo IPCA de 2025 em diante. Ou seja, as despesas se manteriam estáveis em termos reais per capita. Nesse caso os cinco gastos somariam R\$ 458,4 bilhões e R\$ 480 bilhões em 2025 e 2026, respectivamente. A diferença seria de R\$ 27,1 bilhões e de R\$ 56,4 bilhões de gastos a menos nesses cinco itens, respectivamente, na comparação com o total das despesas seguindo a regra atual das vinculações às receitas.

O retorno dos mínimos constitucionais, observa, tem repercussões práticas distintas na saúde e educação. "Na educação o governo de hábito destinou bem mais recursos que o mínimo constitucional. Por isso a volta ao critério de correção antigo é menos impactante e pode abrir espaço a algum contingenciamento."

No gasto da saúde, porém, diz Borges, o gasto sempre foi muito próximo ao do piso obrigatório. Portanto, dentro de um contexto de ajuste fiscal planejado basicamente pelo lado da arrecadação, o problema do retorno da vinculação à receita é evidente no caso do mínimo constitucional da saúde.

Na Ploa de 2024 a despesa com saúde equivale ao mínimo obrigatório e alcançará R\$ 218,4 bilhões, 30% ou R\$ 50,3 bilhões- a mais que os R\$ 168,1 bilhões previstos para 2023. Boa parte do aumento, diz Borges, se deve à projeção de aumento da carga tributária, o que automaticamente eleva a base sobre a qual se calcula os 15% da RCL.

"Esses R\$ 50 bilhões de aumento na saúde, além de representarem valor muito próximo do

contingenciamento previsto para ocorrer em fevereiro, caso a atual meta para 2024 se mantenha, também não são contingenciáveis, mesmo que as receitas que balizaram o aumento não se concretizem."

Se o governo tivesse tomado medidas para trocar a desvinculação à RCL pela correção pelo **PIB** nominal para a despesa de saúde já para 2024, diz Borges, o gasto orçado nessa área para o ano que vem seria de R\$ 179,2 bilhões, valor R\$ 39,2 bilhões menor do que o que consta na proposta para 2024.

"Esses quase R\$ 40 bilhões são basicamente o tamanho do contingenciamento que tem assustando a ala política do governo e gerado discussão precipitada de mudança de metas. A alteração da vinculação na saúde teria que ser feita por PEC, mas ela não foi enviada", diz Borges, destacando que agora provavelmente não haveria mais tempo hábil para aprovação de uma proposta nesse sentido, considerando também a agenda intensa do Legislativo este ano. "Mas isso não significa que isso não deveria acontecer ao longo de 2024, olhando para 2025 e 2026. Há possibilidade de gerar espaço intraorçamentário relevante com isso."

"A alteração da vinculação na saúde teria que ser feita por PEC, mas ela não foi enviada" Braúlio Borges

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187712?page=18§ion=1>

Persistir na meta de déficit zero - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

O falatório em torno da mudança na meta fiscal para 2024 na Lei de Diretrizes Orçamentárias ainda durará semanas. Debater é saudável, mas mais saudável para a economia brasileira seria manter a meta de déficit zero no ano que vem, defendida pelo ministro da Fazenda.

Falar em tolerar um déficit, afrouxar a política fiscal, não é uma boa opção.

Todos sabem que é extremamente difícil o governo atingir a meta de déficit zero já em 2024. O próprio mercado não acredita nela, pois há muitos fatores contrários. Como o arcabouço fiscal foi desenhado com ênfase muito mais no aumento de receitas que na redução de despesas - problema que já tratei aqui -, o governo precisa do Congresso para aprovar várias medidas que aumentem a arrecadação.

Entre elas está o fim do desconto de investimentos com ICMS no Imposto de Renda das empresas, a taxação de fundos offshore e exclusivos, e a taxação de apostas online.

Não são matérias simples e todas têm de ser aprovadas nos menos de dois meses que restam.

Cortar gastos seria mais efetivo, mas esta opção não está na mesa.

Mas desistir do desafio agora é a pior opção. A economia vive de expectativas. Uma das coisas que o governo controla é a capacidade de gerar expectativas com as metas que estabelece.

Assim, quando o ministro diz que tentará zerar o déficit fiscal em 2024, o mercado e o mundo político entendem que haverá aperto. O mercado gosta, o mundo político não gosta.

O sinal de austeridade inspira confiança nos investidores e é necessário para um país emergente como o Brasil, que já gastou demais no passado. Mas quando o governo se dispõe a afrouxar a meta, ainda que seja de zero para 0,5% do **PIB**, a situação muda bastante. A tolerância com um déficit indica ao mercado que o governo desistirá de perseguir a meta, voltará a gastar e o mundo político se aproveitará

disso para gerar mais despesas.

Vi isso de perto no Banco Central e no Ministério da Fazenda: todos os ministérios aumentam seus pedidos de verbas, o Congresso se preocupa menos em votar as medidas que geram receita e inclui novos gastos no orçamento. A expectativa trabalha contra, gera o risco de o déficit passar de 0,5% do **PIB**. O efeito expectativa é poderoso na economia.

É natural que políticos queiram gastar mais dinheiro público, ainda mais num ano eleitoral como será o próximo. Mas cabe ao governo cuidar para que isso não descambe em descontrole, como aqueles que nos levaram a várias crises, como a de 2014-16.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

As emendas parlamentares e a captura do Orçamento - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

O processo de captura do orçamento por meio das emendas parlamentares segue em curso neste ano, afetando a qualidade e reduzindo a transparência do gasto público. Se totalmente executadas, a combinação das emendas individuais, de bancada e de comissão vai atingir R\$ 35,8 bilhões em 2023, mais que o recorde de R\$ 29,3 bilhões alcançado em 2021, em valores corrigidos pela **inflação**, segundo levantamento do economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper. Em 2022, foram RS 29 bilhões.

O número de RS 35,8 bilhões leva em conta a dotação orçamentária atualizada, enquanto os anteriores contemplam os valores pagos em cada ano, incluindo restos a pagar de exercícios anteriores. "Havendo contingenciamento ou não execução de emendas até o fim do ano, o valor em 2023 ficará um pouco mais baixo do que os R\$ 35,8 bilhões, mas duvido que fique menor que o dos anos anteriores", diz Mendes.

O recorde poderá ser atingido mesmo com o fim das chamadas emendas de relator, que ficaram conhecidas como orçamento secreto, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em dezembro de 2022. Metade das emendas de relator foi transformada em emendas

individuais obrigatórias, observa Mendes. "Outra parte virou emenda de comissões. Um montante de aproximadamente R\$10 bilhões voltou para o controle do Executivo, mas, por acordo político, será executado em despesas de interesse dos parlamentares."

O resultado? "É como se as emendas de relator continuassem a existir", mas sem a necessidade de identificá-las com o código RP9, diz ele. "Agora há despesas com todas as características de emenda parlamentar misturadas com as despesas discricionárias [aquelas sobre as quais o governo tem controle] do Poder Executivo", afirma Mendes, chefe da assessoria especial do ministro da Fazenda de 2016 a 2018.

As emendas individuais podem chegar a R\$ 21,2 bilhões neste ano, enquanto as de bancada (de autoria das bancadas dos Estados) devem ficai- em R\$ 7,7 bilhões. De pagamento obrigatório, as duas podem

atingir R\$ 28,9 bilhões em 2023. Do ponto de vista fiscal, isso aumenta a rigidez do gasto, diz Mendes. "Em um orçamento em que a despesa discricionária é de R\$ 195 bilhões, essas emendas consomem 14% desse total", nota ele, pai a quem há uma perda significativa em termos de "qualidade e legalidade" das despesas. Um dos problemas é que elas atrapalham o planejamento do gasto. "Em vez de o Ministério da Saúde planejar uma rede hierarquizada de assistência à saúde, com hospitais regionais de diferentes graus de complexidade, os parlamentares vão decidindo onde construir hospitais", observa Mendes. "Há também o excesso de provisão de serviços públicos (cisternas, ambulâncias, asfaltamento) nos municípios que têm representante no Congresso e escassez nos que não têm. Além disso, os casos de corrupção pipocam todos os dias."

Por fim, do ponto de vista político, cria-se um desequilíbrio entre poderes, afirma ele, notando que "o Congresso manda no Orçamento, mas não é responsabilizado pelas consequências negativas do desequilíbrio fiscal, enquanto o Executivo paga o custo político da **inflação** e dos juros altos decorrentes desse problema". Há também as chamadas emendas de comissão, cujo pagamento não é obrigatório. De autoria das comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado, elas podem chegar a R\$ 6,9 bilhões neste ano.

As emendas parlamentares também respondem por uma fatia expressiva do investimento federal, comprometendo a qualidade desses gastos. Neste ano, elas devem equivaler a 28% de um total de R\$ 72,6 bilhões a serem investidos, considerando os valores empenhados que aparecem no Painel do Orçamento da União, de acordo com o levantamento de Mendes. O empenho é a etapa orçamentária em que se reserva o dinheiro pai a pagar as obras ou os serviços a serem executados. Em 2022, as emendas parlamentares corresponderam a 19% do investimento; em 2020 e 2021, a fatia ficou na casa de 40%.

Mendes lembra que as emendas parlamentares para esse fim têm como características investimentos pulverizados, de pequeno valor. Cada deputado e cada senador direcionamos recursos para obras tipicamente municipais, diz ele.

"Nós vivemos em uma federação. Investimentos em asfaltamento de ruas, muro de arameo ou construção de quadra esportiva devem ser feitos pelo município, com dinheiro do município. O Orçamento federal é para fazer investimentos de impacto federal: rodovias e ferrovias interestaduais, presídios de segurança máxima, monitoramento ambiental por satélites." Em resumo, os recursos destinados por parlamentares para o investimento tendem a ser mal alocados, voltados para obras de caráter paroquial.

O que já é ruim pode piorar. Na semana passada, o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), disse que pretende criar um novo tipo de emenda parlamentar, desta vez destinada às bancadas partidárias do Congresso. "Se aprovada essa nova modalidade, voltaremos a ter as emendas de relator, só que com novo nome", diz Mendes, para quem "evidentemente" haverá uma negociação sobre a alocação dos recursos entre os líderes partidários, o relator do orçamento e os presidentes das duas Casas.

"Em nenhum lugar do mundo as emendas parlamentares têm a dimensão do que ocorre no Brasil, seja em número de emendas, seja em valores", afirma ele, acrescentando que a ideia de que o Parlamento determina o orçamento em todos os países democráticos é um engodo. "O padrão é o Executivo propor o orçamento e o Legislativo discutir a consistência das projeções e a alocação setorial dos recursos, deslocando recursos da educação para a saúde, ou vice-versa, por exemplo." Nos países em que os parlamentares fazem indicação de verbas para suas bases, como Estados Unidos e Portugal, os valores são muito menores que no Brasil, diz Mendes. "Em um levantamento que fiz no ano passado, nos EUA as emendas paroquiais representam 2,3% das despesas discricionárias; no Brasil são mais de 14%. Em Portugal, são apresentadas menos de 300 emendas por ano; no Brasil esse número fica próximo de 7 mil."

Nessa toada, os parlamentares vão se apropriar de fatias cada vez maiores do orçamento, num processo pouco transparente, em que não há nenhuma preocupação com a qualidade das despesas públicas.

Sérgio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187712?page=1§ion=1>

Indexação do gasto à receita traz desafios para 2024

O aumento da indexação de despesas às receitas a partir de 2024 traz não só desafios adicionais ao ajuste fiscal como também para a gestão nas áreas de saúde e educação. Ainda que a alteração dos gastos nas duas áreas seja considerado um "abacaxi político", é preciso discutir não só uma nova fórmula para evolução de despesas como também mecanismos para aumento de eficiência.

Esta é uma das conclusões de reunião do Valor com pesquisadores do FGV Ibre.

Para Bráulio Borges, consultor da LCA e pesquisador do Ibre, a vinculação às receitas não é o sistema mais adequado para esses gastos em razão da alta procíclicidade. Além disso, as receitas tributárias são muito voláteis, o que atrapalha a previsibilidade. Um melhor caminho, diz, seria a definição de trajetória de ganhos reais do gasto per capita com mecanismos atrelados a desempenho. Ele lembra que também é preciso buscar maior eficiência para qualidade das políticas públicas.

Para Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro Ibre, houve "erro estratégico" ao fim de 2022, quando a extinção do teto de gastos voltou com a vinculação às receitas para as despesas com saúde e educação. Lívio Ribeiro, pesquisador do Ibre e sócio da consultoria BRCG, tem visão diferente. "É um erro tão primário que tendo a achar que não foi erro. Há um pouco de vício de origem. É uma forma relativamente barata de desmontar uma estrutura de ajuste que foi desenhada, porque ela ia bater nesse muro muito rápido." Mesmo que tenha sido um erro, diz Ribeiro, a discussão que se faz para as duas áreas é centrada em volume de recursos. "Passa ao largo o debate sobre onde gastar, o que fazer, como fazer." "Talvez uma das motivações do governo para não propor mudança nas vinculações seja evitar uma polêmica sobre a redução do financiamento à saúde e educação gerada por visão limitada de que só volume de recursos importam. Talvez o governo tenha evitado um abacaxi político por parte grande do eleitorado de Lula e que o apoia", diz Borges. "Mas o problema continuará e diminui a eficácia do ajuste do lado das receitas." Para Matos, alterações em gastos de saúde e educação tendem a ser desafiadoras do ponto de vista político, independentemente de partido. Do ponto de vista fiscal, destaca, os valores envolvidos com as despesas vinculadas estão muito em linha com a

dificuldade de gastos do governo já em 2024.

Borges lembra que a discussão sobre a necessidade de contingenciamento de gastos em 2024 e o impacto que isso deve ter nos investimentos suscita o debate sobre a mudança de meta de resultado primário para o ano que vem. Ele avalia que se a meta de 2024 for alterada de resultado primário zero para déficit de 0,5% do PIB, com banda de 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo, o governo não precisaria fazer contingenciamento ou o bloqueio de despesas seria muito pequeno. Borges lembra, porém, que enquanto o resultado do primário ficar abaixo de superávit de 1% a 1,5% do PIB, a relação dívida/PIB continuará subindo, com todas as demais consequências negativas para juros, câmbio e incerteza fiscal.

Luiz Guilherme Schymura, diretor do Ibre, diz que a discussão sobre regra fiscal precisa considerar o jogo político complexo que envolve o atual governo, no qual o presidente quer gastar, há disputa entre partidos políticos por cargos e busca por aprovação de medidas no Congresso para elevar receitas. "Os economistas consideram ideal ter uma regra fiscal definitiva, que não será alterada, mas esse jogo é dinâmico e infelizmente o mundo da economia política não funciona assim." (MW)

0,5% de déficit primário como meta em 2024 manteria alta na relação dívida/PIB

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187712?page=18§ion=1>

Cenário externo aumenta incerteza para o Copom

Victor Rezende De São Paulo

Com a disparada dos rendimentos dos Treasuries, o aperto adicional das condições financeiras globais e as discussões fiscais domésticas, o Banco Central acendeu um sinal de alerta ainda mais forte quanto ao aumento da incerteza na conjuntura econômica na decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do início deste mês. Nos cálculos do economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, o grau de incerteza manifestado pelo Copom agora atingiu o nível mais alto desde setembro de 2022.

Ao notar a alta quantidade de vezes que a palavra "incerteza" foi repetida pela autoridade monetária na ata da última decisão - 12, no total -, a LCA elaborou o "índice de incerteza do Copom", antecipado ao Valor, construído a partir de um dicionário de palavras que indicam esse ambiente mais incerto. Para isso, a LCA utilizou as atas das reuniões do Copom, por serem documentos mais extensos, onde a autarquia costuma esmiuçar as discussões entre os dirigentes sobre a conjuntura econômica. "As atas costumam ter um conteúdo mais detalhado e extenso, onde é possível entender com mais clareza como o Copom ou parte dele está pensando naquele momento", aponta Imaizumi.

"Lendo a ata da última reunião, notamos que o Copom havia utilizado bastante a palavra "incerteza" e, então, construímos o índice observando o que já havia na literatura relacionado a um indicador de incerteza", afirma o economista. O índice da LCA aponta que o documento divulgado na semana passada atingiu 209,29 pontos, maior nível em mais de um ano. Na ata, o colegiado se referiu a um momento de incerteza ao abordar o aperto das condições financeiras globais e os canais de transmissão das taxas de juros americanos; a estabilização da dívida pública; as metas fiscais; e os efeitos do El Nino na inflação.

Na elaboração do índice de incerteza do Copom, Imaizumi também fez uma comparação com o índice de Incerteza Econômica (IIE-Br), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que analisa mensalmente cerca de 30 mil notícias de seis dos principais jornais do país e que tem um peso de 80% no indicador agregado. "Claro que eles são índices diferentes, já que um analisa a economia como um todo, enquanto o outro verifica apenas as atas do Copom, mas é interessante notar

como há picos parecidos nos momentos de incerteza mais agudos", observa o economista da LCA.

Dois momentos, porém, chamam a atenção, em particular, por terem sido capturados pelo indicador do Copom, mas não terem sido acompanhados pelo IIE-Br. De acordo com Imaizumi, o primeiro se dá em maio de 2017, quando o documento do Copom foi divulgado semanas depois da delação da JBS; enquanto o segundo momento mais evidente ocorre no início de 2022, quando a piora nas condições sanitárias e a invasão da Ucrânia pela Rússia elevaram a incerteza do Copom, em um sentimento que não foi acompanhado de perto pela incerteza na economia brasileira.

Cabe notar, ainda, que a última ata do Copom amplia, ainda que marginalmente, a distância em relação ao IIE-Br. "No documento divulgado agora, o Copom falou de diversos tipos de incerteza, como a do cenário externo; a incerteza fiscal; a climática devido ao El Nino... O Copom, então, parece mais preocupado com a conjuntura econômica do que o que está sendo divulgado na mídia em geral. Esse descolamento recente chama bastante atenção", afirma.

O cenário básico da LCA pressupõe que o ritmo de cortes de 0,5 ponto percentual na Selic deve ser mantido por mais três reuniões do Copom, para depois ser reduzido para 0,25 ponto e encerrar 2024 em 9,25%, com a possibilidade de o juro básico chegar ao campo neutro, ou apenas ligeiramente restritivo, em algum momento do primeiro semestre de 2025.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187712>